

ATUALIDADES

QUESTÕES DISCURSIVAS

Prof. Valter

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia.

INTRODUÇÃO

Provas discursivas para **Oficial de polícia** geralmente cobram temas que exigem **profundo conhecimento jurídico, raciocínio crítico e capacidade de articulação escrita**.

Vejamos alguns,

Direito Constitucional

- Controle de constitucionalidade das leis
- Poder de polícia e direitos individuais
- Separação de poderes e atuação da polícia judiciária

DIREITO PENAL

Tópicos abordados:

- Princípios do Direito Penal (legalidade, anterioridade, culpabilidade, etc.)
- Teoria do crime (fato típico, ilicitude, culpabilidade)
- Concurso de pessoas
- Crimes contra a administração pública (corrupção, peculato, concussão)
- Crimes hediondos
- Dosimetria da pena (circunstâncias agravantes/atenuantes)

Questões:

1. Conceitue o crime sob a ótica da teoria tripartida. Explique a diferença entre dolo e culpa, com exemplos práticos.
2. Discorra sobre a responsabilidade penal dos participantes em um crime (autor, partícipe e coautor), segundo o Código Penal.

Gabarito comentado:

Abordar elementos do crime: fato típico (conduta, resultado, nexos, tipicidade), ilicitude e culpabilidade. Esclarecer que dolo é vontade dirigida ao resultado, enquanto culpa decorre de negligência, imprudência ou imperícia.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tópicos abordados:

- Inquérito policial: natureza jurídica e finalidade
- Prisões cautelares (prisão em flagrante, preventiva, temporária)
- Provas no processo penal (cadeia de custódia, prova ilícita, valor probatório)
- Acordo de não persecução penal (ANPP)
- Controle judicial da investigação criminal

Questões:

1. Explique a natureza jurídica do inquérito policial e seus principais princípios.
2. A Lei nº 13.964/2019 introduziu o juiz das garantias. Qual sua função e impacto no processo penal?

Gabarito comentado:

2 REDAÇÃO DISCURSIVA - DINCE: a melhor e mais completa apostila

Destacar que o inquérito é procedimento administrativo investigativo. O juiz das garantias é responsável pela fase pré-processual, garantindo imparcialidade do juiz natural da causa.

DIREITOS HUMANOS

Tópicos abordados:

- Princípios da dignidade humana
- Tratamento de pessoas presas
- Abusos de autoridade
- Direitos e garantias fundamentais

Questões:

1. Explique a importância dos direitos humanos na atividade policial. Como eles se aplicam em situações de abordagem?
2. Como o princípio da dignidade da pessoa humana deve nortear o tratamento de pessoas custodiadas?

Gabarito comentado:

Enfatizar que o respeito aos direitos humanos não enfraquece a autoridade policial, mas legitima sua ação. A dignidade é núcleo essencial e impõe limites à atuação coercitiva do Estado.

CRIMINOLOGIA

Tópicos abordados:

- Conceito e objeto da Criminologia
- Teorias sociológicas do crime
- Criminalidade organizada
- Políticas públicas de prevenção

Questões:

1. Diferencie criminologia e direito penal. Em seguida, apresente uma teoria criminológica e sua aplicação prática.
2. Analise os impactos sociais da criminalidade organizada no Brasil.

Gabarito comentado:

Explicar que o direito penal normatiza condutas, enquanto a criminologia estuda o crime, o criminoso e a reação social. Usar teoria como Anomia (Durkheim) ou Rotulagem.

INVESTIGAÇÃO POLICIAL

Tópicos abordados:

- Técnicas investigativas
- Entrevistas e interrogatórios
- Preservação do local de crime
- Relatórios e diligências

Questões:

1. Descreva o papel do Investigador de Polícia na preservação do local de crime. Quais os procedimentos a serem seguidos?
2. Qual a importância da técnica de entrevista investigativa na produção de provas indiciárias?

Gabarito comentado:

Enumerar procedimentos: isolamento do local, registro de vestígios, cadeia de custódia. Na entrevista, valorizar o comportamento do entrevistador, linguagem neutra e empatia estratégica.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

- Lei de Drogas (Lei 11.343/2006)
- Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)

- Lei de Organização Criminosa (Lei 12.850/2013)
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
- Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003)

Questões:

1. Quais os instrumentos previstos na Lei Maria da Penha para proteção da mulher? Como o Investigador deve atuar nesses casos?
2. Analise a exigência de dolo na nova Lei de Improbidade Administrativa. Quais os impactos dessa mudança?

Gabarito comentado:

Enumerar medidas protetivas (art. 22 da Lei 11.340/2006), importância da escuta especializada. Na improbidade, destacar a exigência de dolo específico e críticas sobre possível enfraquecimento do combate à corrupção.

OUTROS TEMAS IMPORTANTES

- Investigação criminal defensiva
- Cadeia de custódia e prova digital
- Combate ao crime organizado e técnicas investigativas especiais
- Lavagem de dinheiro e cooperação internacional

TEMAS QUENTES PARA

1. Nova Lei de Improbidade Administrativa (Lei 14.230/2021)

- Alterações profundas: dolo específico, fim da improbidade culposa, retroatividade benéfica.
- Relação com a atuação da polícia judiciária em casos de crimes contra a Administração.

2. Investigação Defensiva

- Direito do investigado de produzir provas na fase de inquérito.
- Debate sobre limites e garantias da investigação promovida pela defesa.

3. Cadeia de Custódia da Prova (Lei Anticrime - 13.964/2019)

- Novos parâmetros legais (arts. 158-A a 158-F do CPP).
- Nulidades e exclusão de provas contaminadas.

4. Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) e Justiça Penal Negociada

- Aplicação prática do ANPP (art. 28-A do CPP).
- Críticas e limites da "negociação penal" no sistema acusatório.

5. Crimes Cibernéticos e Prova Digital

- Marco Legal das Startups (Lei 14.195/2021) e impactos sobre investigação eletrônica.
- Cadeia de custódia em provas digitais.
- PLs recentes sobre crimes contra a honra em redes sociais.

6. Nova Lei de Drogas e Políticas de Desencarceramento

- Atualizações sobre tráfico privilegiado e atuação policial.
- Discrecionabilidade da polícia frente a usuários x traficantes.

7. Decisões Recentes do STF/STJ Sobre Abordagens Policiais

- Abordagem policial baseada apenas na "atitude suspeita" → necessidade de fundada suspeita concreta (Tema 1185/STF).
- Tema muito atual para discutir legalidade e prova ilícita.

8. Inteligência Policial e Técnicas Especiais de Investigação

4 REDAÇÃO DISCURSIVA - DINCE: a melhor e mais completa apostila

- Escuta ambiental sem ordem judicial em flagrante permanente.
- Infiltração virtual de agentes (Lei 12.850/2013, crime organizado).

9. Lei 14.811/2024 – Nova Lei de Proteção de Crianças e Adolescentes

- Agravamento de penas para crimes sexuais.
- Alterações no ECA e crimes relacionados à pornografia infantil.
- Tendência forte de aparecer em provas.

10. Violência Contra a Mulher e Feminicídio

- Alterações recentes na Lei Maria da Penha (Lei 14.550/2023).
- Medidas protetivas de urgência e atuação da autoridade policial.

FIQUE ATENTO:

A banca vai exigir cada vez mais que o candidato **relacione direito, atuação prática da polícia e direitos fundamentais**.

Ou seja: não adianta apenas saber o conceito; tem que **raciocinar como oficial** em cima de casos concretos.

POSSÍVEIS TEMAS DA PROVA

Segue uma lista de temas da atualidade que podem ser cobrados em provas do concurso de Oficial de Polícia Civil, considerando a relevância regional, nacional e internacional:

1. Direitos Humanos e Justiça Social

- Implementação e desafios do enfrentamento ao racismo no Brasil.
- Políticas públicas de combate à violência contra a mulher.
- Direitos das populações indígenas e quilombolas no Ceará.
- Migrações e crise humanitária global.

2. Sustentabilidade e Meio Ambiente

- Impactos do aquecimento global e das mudanças climáticas no semiárido nordestino.
- Políticas de proteção ambiental no Ceará, como a preservação do Parque Nacional de Ubajara.
- Energias renováveis no Ceará: eólica e solar como alternativas sustentáveis.
- Desmatamento no Brasil e seus efeitos na biodiversidade.

3. Educação e Cultura

- Avanços e desafios da educação pública no Ceará, como o destaque nacional em alfabetização.
- Políticas de valorização da cultura cearense e patrimônio histórico.
- Desafios da implementação da educação inclusiva no Brasil.

4. Saúde Pública

- Ações de combate à dengue, chikungunya e zika no Ceará.
- Ampliação da atenção básica em saúde nas regiões mais vulneráveis.

5. Economia e Desenvolvimento Regional

- Potencial econômico do Ceará com o Porto do Pecém e o hub de hidrogênio verde.
- Turismo no Ceará como fonte de desenvolvimento econômico sustentável.
- Desafios no combate ao desemprego e à informalidade no Nordeste.

6. Segurança Pública

- Políticas de redução da violência e do combate ao crime organizado no Ceará.
- Papel do Ministério Público no enfrentamento à corrupção e à impunidade.
- Implementação de medidas de ressocialização no sistema prisional.
- Controle externo da atividade policial.

- Combate ao crime organizado e proteção das minorias.

DICAS RÁPIDAS PARA SE DESTACAR NA DISCURSIVA

- **Responda exatamente o que foi pedido** (sem rodeios).
- **Fundamente sempre** (cite leis, doutrina e jurisprudência se possível).
- **Escreva de forma clara e objetiva**, evitando frases longas e confusas.
- **Use conectores** para dar fluidez ao texto (Ex: "nesse contexto", "dessa forma", "por conseguinte"...).
- **Treine o tempo de prova**: fazer uma boa resposta em 45 a 60 minutos é essencial.

MODELO DE RESPOSTA DISCURSIVA

1. Introdução:

Apresentar o tema de maneira objetiva e situar o leitor. Pode-se usar um conceito ou uma breve contextualização.

Exemplo de introdução:

"O inquérito policial, enquanto procedimento administrativo inquisitivo, possui como principal objetivo a apuração da autoria e materialidade da infração penal, servindo de base para o oferecimento da denúncia pelo titular da ação penal pública."

2. Desenvolvimento:

Discutir o tema com profundidade, apontando fundamentos legais, doutrinários e jurisprudenciais. É onde você mostra conhecimento técnico.

Exemplo de desenvolvimento:

"A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso LXIII, garante ao indiciado o direito ao silêncio, sendo certo que a autodefesa não pode ser utilizada como argumento para agravar sua situação. Além disso, a autoridade policial deve zelar pela estrita observância das garantias fundamentais, sob pena de nulidade das provas produzidas no curso da investigação. Doutrinadores como Guilherme de Souza Nucci defendem que a preservação da legalidade no inquérito é essencial para assegurar a justa persecução penal."

3. Conclusão:

Fechar o raciocínio reafirmando a resposta ao que foi perguntado, de forma coesa e segura.

Exemplo de conclusão:

"Diante do exposto, conclui-se que o inquérito policial desempenha função crucial no sistema de justiça criminal, devendo ser conduzido em estrita observância aos princípios constitucionais, a fim de legitimar os atos subsequentes do processo penal."

EXEMPLOS DE QUESTÕES REAIS

ENUNCIADO

A violência doméstica é um fenômeno de extrema gravidade, que impede o pleno desenvolvimento social e coloca em risco mais da metade da população brasileira — as 103,8 milhões de brasileiras contabilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o Mapa da Violência 2012: homicídios de mulheres no Brasil (CEBELA/FLACSO, 2012), duas em cada três pessoas atendidas no Sistema Único de Saúde (SUS) em razão de violência doméstica ou sexual são mulheres; em 51,6% dos atendimentos, foi registrada reincidência no exercício da violência contra a mulher. O SUS atendeu mais de 70 mil mulheres vítimas de violência em 2011 — 71,8% dos casos ocorreram no ambiente doméstico.

Não à toa, a pesquisa Violência e Assassinatos de Mulheres (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013) revelou significativa preocupação com a violência doméstica: para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil. Os dados dessa pesquisa revelam, ainda, que o problema está presente no cotidiano da maior parte dos brasileiros: entre os entrevistados de ambos os sexos e de todas as classes sociais, 54% conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro e 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira.

Dossiê violência contra as mulheres. Internet: (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto anterior tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

A POLÍCIA CIVIL E O COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Em seu texto, atenda ao que se pede a seguir.

6 REDAÇÃO DISCURSIVA - DINCE: a melhor e mais completa apostila

- 1 Conceitue violência doméstica, apresentando exemplos e possíveis causas sociais e(ou) culturais desse tipo de violência. [valor: 8,00 pontos]
- 2 Relacione a atuação da polícia civil ao enfrentamento desse tipo de violência. [valor: 7,00 pontos]
- 3 Sugira um exemplo de ação que poderia ser promovida para melhorar a atuação da polícia civil em contexto de violência doméstica. [valor: 4,00 pontos]

ENUNCIADO

Após recebimento de denúncia anônima, agentes da polícia civil invadiram, no período da noite, quarto de hotel, com o objetivo de proceder à busca e à apreensão de materiais e documentos supostamente utilizados por determinado hóspede em crimes relacionados à clonagem de cartões de crédito. Os materiais e os documentos obtidos durante a invasão do quarto de hotel foram as únicas provas que alicerçaram a denúncia oferecida pelo MP. Com base nessas provas, foram tomados depoimentos de diversas testemunhas, os quais serviram, também, de fundamento para a condenação do réu.

Com base nessa situação hipotética, redija texto dissertativo sobre a (in)constitucionalidade da operação policial, abordando, necessariamente, de forma justificada, os seguintes aspectos:

- direitos e garantias fundamentais aplicáveis ao caso;
- (im)possibilidade jurídica de utilização, em processo judicial, das provas obtidas na referida operação.

ATENÇÃO: Para ver questões passadas e respondidas, acesse o site abaixo.

<https://dedicacaodelta.com.br/provas-discursivas/>

MODELO DE QUESTÕES DISCURSIVAS VOLTADO AO CARGO DE OFICIAL INVESTIGADOR DE POLÍCIA DA POLÍCIA CIVIL

MODELO 1 – Direito Penal (Teoria do Crime)

Enunciado:

Com base na teoria geral do crime, conceitue o instituto da culpabilidade e explique seus elementos constitutivos. Em seguida, diferencie a culpabilidade da imputabilidade penal, indicando um exemplo de situação prática em que um agente é inimputável.

Espera-se do candidato:

- Conceituação de culpabilidade como juízo de reprovação pessoal;
- Apontamento de seus elementos: imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa;
- Diferenciação entre imputabilidade (capacidade de entender e se autodeterminar) e culpabilidade (reprovação);
- Exemplo prático: menor de 18 anos, doente mental etc.

MODELO 2 – Direito Processual Penal (Atuação Policial e Garantias Legais)

Enunciado:

Durante uma investigação criminal, a autoridade policial deseja realizar busca e apreensão no domicílio de um suspeito. Discorra sobre os requisitos legais para a realização dessa diligência, conforme a Constituição Federal e o Código de Processo Penal. Em quais hipóteses a busca pode ocorrer sem mandado judicial?

Espera-se do candidato:

- Fundamento constitucional: inviolabilidade do domicílio (art. 5º, XI, CF);
- Exigência de mandado judicial, salvo em casos de flagrante delito, desastre, para prestar socorro ou, durante a noite, com consentimento do morador;
- Requisitos do mandado: expedição pela autoridade competente, justificativa da medida, delimitação do local e objetos buscados;
- Distinção entre busca domiciliar com e sem mandado.

MODELO 3 – Redação Técnica (Ética e Conduta na Função Policial)

Enunciado:

A atuação do Investigador de Polícia deve estar pautada em princípios éticos e legais. Diante disso, elabore um texto dissertativo sobre a importância da ética na atividade policial, abordando as consequências da quebra do decoro funcional e a relação entre legalidade, moralidade e a confiança da sociedade nas instituições de segurança pública.

Espera-se do candidato:

- Compreensão da ética como norte da conduta funcional;
- Reflexão sobre consequências como perda de legitimidade, processos administrativos e penais;
- Integração entre legalidade (agir conforme a lei), moralidade (agir conforme valores sociais) e a preservação da imagem institucional;
- Importância da ética para a coesão interna da corporação e o serviço público de qualidade.

MODELO 4 – Atualidades/Legislação (Nova Lei de Improbidade Administrativa)

Enunciado:

A Lei nº 14.230/2021 reformou a antiga Lei de Improbidade Administrativa. Analise criticamente duas inovações trazidas por essa reforma e discorra sobre os possíveis impactos dessas mudanças no combate à corrupção administrativa.

Espera-se do candidato:

- Apontamento de inovações: exigência de dolo específico, exclusividade do MP para propositura de ações, acordo de não persecução cível;
- Reflexão crítica sobre o impacto: maior segurança jurídica x riscos de enfraquecimento da responsabilização;
- Considerações sobre a eficiência da investigação e o papel do policial no levantamento de provas para o MP.

QUESTÕES DISCURSIVAS COM RESPOSTAS MODELO VOLTADAS AO CARGO DE OFICIAL INVESTIGADOR DE POLÍCIA DA POLÍCIA CIVIL,

QUESTÃO 1 – Direito Penal (Teoria do Crime)

Enunciado:

Com base na teoria do crime, explique o conceito e os elementos da culpabilidade. Em que situações um agente pode ser considerado inimputável?

Resposta Modelo:

A culpabilidade é o terceiro substrato do conceito analítico do crime e representa o juízo de reprovabilidade pessoal que recai sobre o autor do fato típico e ilícito. Para que se configure, exige-se a presença de três elementos: **imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa.**

Um agente é considerado **inimputável** quando, por motivo de doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não possui capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de se determinar conforme esse entendimento. Outro exemplo clássico de inimputabilidade é o **menor de 18 anos**, conforme o art. 228 da Constituição Federal e o art. 27 do Código Penal.

QUESTÃO 2 – Direito Processual Penal

Enunciado:

A autoridade policial deseja realizar uma busca e apreensão domiciliar. Quais são os requisitos legais para essa diligência e em quais hipóteses ela pode ocorrer sem autorização judicial?

Resposta Modelo:

A Constituição Federal, no art. 5º, XI, garante a inviolabilidade do domicílio, permitindo a entrada apenas com consentimento do morador, em caso de flagrante delito, desastre, para prestar socorro, ou por determinação judicial durante o dia.

O Código de Processo Penal (arts. 240 a 250) disciplina a **busca e apreensão**, exigindo **mandado judicial fundamentado**, com indicação do local, do objetivo da diligência e da pessoa envolvida. A busca **sem mandado judicial** é legítima quando há **flagrante delito**, situação de **desastre**, necessidade de **prestar socorro**, ou com **consentimento do morador**, inclusive à noite.

QUESTÃO 3 – Ética e Conduta Profissional

Enunciado:

Discorra sobre a importância da ética na atuação do Oficial Investigador de Polícia, apontando as consequências da quebra do decoro funcional e a relação entre legalidade e confiança pública.

Resposta Modelo:

A ética profissional é um dos pilares da atuação policial, pois orienta o comportamento do servidor público conforme os valores da legalidade, moralidade, imparcialidade e respeito aos direitos fundamentais. O Oficial Investigador, como representante do Estado, deve manter conduta ilibada, agir com transparência e evitar qualquer abuso de autoridade.

A quebra do decoro funcional compromete a **imagem da instituição**, mina a **confiança da população** e pode ensejar **sanções disciplinares**, **responsabilidade civil** e até **resposta penal**, dependendo da gravidade do ato. A confiança da sociedade na Polícia Civil está diretamente relacionada à **legalidade** e à **moralidade** das ações dos seus agentes. A atuação ética, portanto, não apenas preserva os direitos dos cidadãos, mas também fortalece a legitimidade e a credibilidade da função policial.

QUESTÃO 4 – Legislação Especial (Lei de Improbidade Administrativa – Lei 14.230/2021)

Enunciado:

A reforma da Lei de Improbidade Administrativa, promovida pela Lei nº 14.230/2021, trouxe mudanças significativas. Cite duas alterações importantes e analise criticamente seus impactos no combate à corrupção.

Resposta Modelo:

A Lei nº 14.230/2021 reformulou a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), destacando-se duas alterações principais:

1. A **exigência de dolo específico** para a caracterização do ato de improbidade. Isso significa que não basta mais a culpa ou a negligência; é necessário que haja **intenção consciente de violar a norma**.
2. A **exclusividade do Ministério Público para propor ação de improbidade**, retirando essa legitimidade da advocacia pública.

Essas mudanças visam evitar abusos judiciais e proteger gestores públicos de responsabilizações excessivas. Contudo, críticos alertam que tais alterações podem **enfraquecer a fiscalização** e **reduzir a efetividade do combate à corrupção**, ao elevar o grau de exigência probatória e limitar os agentes que podem iniciar ações. O equilíbrio entre segurança jurídica e responsabilização efetiva é o grande desafio imposto pela nova legislação.

QUESTÃO 5 – Criminologia Aplicada

Enunciado:

Explique o conceito de criminalidade organizada sob a ótica da Criminologia e destaque as dificuldades enfrentadas pelos órgãos policiais no combate a esse tipo de crime.

Resposta Modelo:

A criminalidade organizada é entendida na Criminologia como a atuação sistemática de grupos com estrutura hierarquizada, divisão de tarefas e o objetivo de lucro com atividades ilícitas, como tráfico de drogas, armas, pessoas e corrupção.

Do ponto de vista investigativo, as principais dificuldades enfrentadas pelos órgãos policiais são:

- **Alto nível de sofisticação dos crimes**, com uso de tecnologia e lavagem de dinheiro;
- **Ameaça a testemunhas e agentes públicos**, o que dificulta a coleta de provas;
- **Corrupção interna** que compromete operações;
- Necessidade de **cooperação interinstitucional e internacional**.
- O enfrentamento exige estratégias articuladas, inteligência policial, investimento em recursos e apoio do Judiciário.

QUESTÃO 6 – Investigação Criminal e Cadeia de Custódia

Enunciado:

Discorra sobre a importância da cadeia de custódia da prova no inquérito policial. O que determina o Código de Processo Penal sobre sua preservação e quais os riscos da sua violação?

Resposta Modelo:

A cadeia de custódia é o conjunto de procedimentos utilizados para manter e documentar a **integridade da prova material** desde sua coleta até sua apresentação em juízo. O Código de Processo Penal, com a reforma promovida pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), passou a prever, nos artigos 158-A a 158-F, regras específicas para o registro, acondicionamento, transporte e armazenamento da prova.

A **violação da cadeia de custódia** compromete a credibilidade da prova, podendo gerar sua **invalidação**, prejudicar o processo penal e **favorecer a impunidade**. É dever do Investigador garantir o manuseio adequado dos vestígios, garantindo sua rastreabilidade e autenticidade.

QUESTÃO 7 – Leis Penais Especiais (Lei Maria da Penha)

Enunciado:

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) é um dos principais marcos no combate à violência doméstica. Explique como essa lei contribui para a atuação da Polícia Civil e o papel do Investigador em sua efetivação.

Resposta Modelo:

A Lei Maria da Penha estabelece mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, prevendo medidas protetivas de urgência e procedimentos diferenciados de atendimento à vítima. A atuação da Polícia Civil é essencial para garantir a **imediata apuração dos fatos**, a **proteção da vítima** e a **responsabilização do agressor**. O Investigador de Polícia tem papel crucial na **coleta de depoimentos**, **preservação de provas**, **diligências cautelares** e apoio ao delegado na representação por medidas protetivas. A lei reforça o papel humanizado e ágil da polícia na **proteção dos direitos fundamentais da mulher**, contribuindo para a **redução da impunidade e reincidência**.

QUESTÃO 8 – Direitos Humanos na Atividade Policial

Enunciado:

Analise a importância da observância dos Direitos Humanos na atuação do Investigador de Polícia, especialmente durante interrogatórios, abordagens e conduções coercitivas.

Resposta Modelo:

A observância dos Direitos Humanos é essencial na atividade policial, pois assegura o respeito à dignidade da pessoa humana, à legalidade e à justiça. O Investigador de Polícia deve atuar sempre com **respeito às garantias constitucionais**, evitando abusos como **tortura**, **constrangimento ilegal**, **tratamento degradante ou discriminação**. Durante **interrogatórios**, deve-se respeitar o direito ao silêncio e à presença do advogado. Em **abordagens**, a conduta deve ser proporcional, com justificativa legal e sem preconceitos.

A conduta ética e legal fortalece a **credibilidade institucional**, contribui para a **eficácia da investigação** e evita nulidades processuais. O respeito aos Direitos Humanos é, portanto, compatível com a firmeza no combate à criminalidade.

MODELOS DE REDAÇÃO DISCURSIVA

A POLÍCIA JUDICIÁRIA E O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Introdução

O advento da Inteligência Artificial (IA) tem modificado significativamente a dinâmica das instituições públicas e privadas em todo o mundo. No campo da segurança pública, especialmente no âmbito da Polícia Judiciária, a utilização de tecnologias baseadas em IA tem se mostrado um instrumento promissor para o aprimoramento das investigações criminais. No entanto, apesar dos benefícios evidentes, é necessário discutir os limites éticos e legais dessa aplicação, visando o equilíbrio entre inovação tecnológica e os direitos fundamentais do cidadão.

Desenvolvimento

A Polícia Judiciária, responsável pela investigação de crimes e pela produção da prova técnica sob supervisão do Poder Judiciário, tem se beneficiado da IA em diversas frentes. Sistemas de análise de dados, reconhecimento facial, cruzamento de informações e algoritmos preditivos contribuem para agilizar investigações e identificar suspeitos com maior precisão. Tais ferramentas aumentam a eficácia das ações policiais e otimizam recursos humanos e materiais.

Entretanto, o uso da IA também suscita importantes reflexões jurídicas e sociais. A coleta e o tratamento de dados pessoais devem respeitar os princípios da legalidade, proporcionalidade e transparência. Além disso, há o risco de reproduzir ou amplificar preconceitos existentes, caso os algoritmos sejam alimentados com dados enviesados. Dessa forma, o emprego dessas tecnologias exige regulamentação adequada, fiscalização constante e capacitação técnica dos profissionais envolvidos, a fim de assegurar o respeito aos direitos individuais e à Constituição Federal.

Conclusão

10 REDAÇÃO DISCURSIVA - DINCE: a melhor e mais completa apostila

Diante desse cenário, conclui-se que a Inteligência Artificial pode representar um avanço estratégico no fortalecimento da Polícia Judiciária, desde que utilizada de forma responsável e controlada. É imprescindível que o Estado estabeleça normas claras sobre seu uso, promova a formação contínua dos agentes públicos e adote mecanismos de supervisão que garantam a legalidade e a ética no processo investigativo. Só assim será possível harmonizar o progresso tecnológico com a proteção dos direitos e garantias fundamentais da sociedade.

O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E IMPACTOS SOBRE INVESTIGAÇÃO ELETRÔNICA

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea vive uma fase de intensificação tecnológica e digitalização de processos, o que impacta diretamente o mercado econômico, as relações sociais e, inevitavelmente, as práticas jurídicas. Nesse contexto, o advento do **Marco Legal das Startups** — composto principalmente pela **Lei Complementar 182/2021** e pela **Lei 14.195/2021** — não apenas inaugurou novos paradigmas para a atividade empresarial de base inovadora, como também trouxe repercussões práticas no âmbito da **investigação eletrônica**.

Este trabalho pretende analisar de que forma a legislação voltada ao fomento de startups interfere ou influencia as atividades investigativas da polícia judiciária, sobretudo no que tange à coleta de provas digitais, acesso a dados de usuários e preservação de informações armazenadas em ambientes virtuais.

1. MARCO LEGAL DAS STARTUPS: PRINCIPAIS ASPECTOS

1.1 Conceito de Startup

Startup é compreendida como empresa emergente caracterizada pela inovação aplicada a produtos, serviços ou modelos de negócio. A legislação define startups como organizações com receita bruta anual limitada, em estágio inicial de operação, e que se valem de práticas inovadoras.

1.2 Objetivos da Lei 14.195/2021

A Lei 14.195/2021 visa a desburocratizar o ambiente de negócios no Brasil, criando condições mais favoráveis para o surgimento e crescimento de startups. Entre seus dispositivos, a lei busca simplificar registros empresariais, permitir o uso de documentos eletrônicos e regulamentar investimentos-anjo.

2. IMPACTOS NA INVESTIGAÇÃO ELETRÔNICA

2.1 Acelerada Digitalização de Processos Empresariais

A regulamentação das startups institucionalizou o uso de plataformas virtuais para registros, negociações e contratações, aumentando o volume de dados armazenados digitalmente. Para a polícia judiciária, esse contexto impõe a necessidade de novas metodologias para a coleta e preservação de provas digitais.

2.2 Dificuldades no Acesso a Dados

O modelo de startup, com forte apelo ao respeito à privacidade de dados (inclusive incentivado por marcos como a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados), torna o acesso a informações um desafio para a investigação criminal. A obtenção de dados de usuários hospedados em servidores de startups exige respeito rigoroso aos princípios constitucionais da inviolabilidade da intimidade e do devido processo legal.

2.3 Cadeia de Custódia de Provas Digitais

Com o aumento do volume de interações digitais mediadas por startups, há maior risco de rompimento da cadeia de custódia da prova digital, seja por negligência na preservação de registros, seja por vulnerabilidades tecnológicas.

3. DESAFIOS CONCRETOS PARA A AUTORIDADE POLICIAL

3.1 Cooperação Internacional

Muitas startups hospedam seus dados em servidores situados fora do Brasil, o que exige a utilização de instrumentos de cooperação internacional, como cartas rogatórias e tratados multilaterais (MLATs).

3.2 Compliance das Startups

A necessidade de um setor de **compliance** nas startups que atue na preservação e fornecimento de dados mediante requisição judicial é um desafio adicional. A ausência de cultura jurídica consolidada nesses ambientes empresariais pode obstruir investigações.

3.3 Tempo e Volatilidade dos Dados

Startups operam com tecnologias altamente voláteis, como blockchains, sistemas P2P e criptografia ponta a ponta, tornando a coleta de provas um processo sensível ao tempo, sob pena de perda irreversível de evidências.

4. INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA A INVESTIGAÇÃO ELETRÔNICA

4.1 Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014)

O Marco Civil impõe obrigações a provedores e aplicações no tocante à guarda e disponibilização de registros de acesso, fundamentais para a persecução penal.

4.2 Lei de Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013)

Autoriza, em certas hipóteses, a utilização de técnicas especiais de investigação como interceptação telemática e infiltração de agentes virtuais, inclusive em startups que possam ser usadas como meio para crimes.

4.3 Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime)

Institui formalmente a cadeia de custódia da prova, reforçando a necessidade de documentação rigorosa da apreensão, custódia e manuseio de dados eletrônicos.

5. POSICIONAMENTO JURISPRUDENCIAL

5.1 STF e a Proteção de Dados Pessoais

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI 6387, reconheceu a proteção de dados pessoais como direito fundamental autônomo, obrigando a autoridade policial a respeitar requisitos rigorosos para a obtenção de informações privadas.

5.2 STJ e Provas Digitais

O Superior Tribunal de Justiça reafirma que provas obtidas sem observância da legislação vigente, especialmente no tocante à cadeia de custódia, são ilícitas e contaminam todo o processo investigativo.

6. PERSPECTIVAS FUTURAS

Com o avanço tecnológico e a expansão das startups, é previsível o aumento de regulamentações específicas que tratem da colaboração obrigatória das empresas emergentes com as autoridades policiais. Também se espera maior especialização das delegacias de investigação cibernética.

CONCLUSÃO

A promulgação do Marco Legal das Startups, ainda que tenha como finalidade primária a promoção da inovação e do empreendedorismo, repercute diretamente no campo da investigação criminal eletrônica. A nova realidade impõe às autoridades policiais o desafio de atualizar suas técnicas investigativas, respeitar direitos fundamentais reforçados pela nova legislação e encontrar soluções jurídicas para as barreiras tecnológicas erigidas pelo modelo de negócios digital. Portanto, torna-se imprescindível que as polícias civis invistam em treinamento especializado, criem núcleos de investigação tecnológica e busquem estreitar o diálogo institucional com empresas emergentes, a fim de garantir a eficácia da persecução penal sem afrontar as garantias constitucionais dos investigados.

A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI 14.230/2021): AVANÇO OU RETROCESSO?

A promulgação da Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021, que reformulou profundamente a antiga Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), representa um marco no ordenamento jurídico brasileiro. A nova norma surgiu com a intenção de modernizar a legislação, oferecer mais segurança jurídica aos agentes públicos e adequar os instrumentos de combate à corrupção aos princípios do devido processo legal, da proporcionalidade e da presunção de inocência. No entanto, ela também gerou críticas ao ser interpretada por alguns setores como um possível retrocesso no enfrentamento aos desvios de conduta na administração pública.

Uma das principais inovações trazidas pela nova lei é a exigência de dolo específico para a configuração do ato de improbidade. Ou seja, não basta mais que o agente tenha causado dano ao erário ou violado princípios administrativos por mera culpa ou negligência. Agora, é necessário demonstrar a intenção deliberada de cometer o ato ímprobo. Essa mudança visa evitar punições injustas a gestores públicos que erraram sem má-fé, mas também levanta preocupações sobre a possível impunidade em casos de má administração reiterada.

Outro ponto relevante é a restrição à possibilidade de ação por parte do Ministério Público. A nova redação estabelece que somente o MP pode propor ações de improbidade, excluindo a legitimidade da advocacia pública (como a AGU ou procuradorias municipais). A intenção é reforçar o controle técnico e jurídico das ações, mas há o risco de sobrecarregar o Ministério Público e reduzir a efetividade da fiscalização.

12 REDAÇÃO DISCURSIVA - DINCE: a melhor e mais completa apostila

A Lei nº 14.230/2021 também instituiu a possibilidade de acordo de não persecução cível, mecanismo inspirado no direito penal, permitindo maior eficiência na resolução dos casos, ao mesmo tempo em que garante a reparação do dano sem necessariamente recorrer ao Judiciário. No entanto, críticos alertam para o risco de banalização desses acordos, caso não sejam celebrados com critérios rigorosos.

Por fim, a nova legislação impôs prazos mais rigorosos para a conclusão dos processos, limitando o tempo para sua tramitação e extinguindo ações antigas que não tenham sentença de mérito até a data de sua vigência, o que pode resultar na extinção de inúmeros processos importantes.

Em suma, a Nova Lei de Improbidade Administrativa representa um esforço de atualização normativa, buscando coibir abusos processuais e proteger gestores públicos de punições desproporcionais. Contudo, o desafio agora está na interpretação e aplicação correta da lei, de modo que o combate à corrupção e à má gestão continue sendo firme e efetivo, sem comprometer garantias fundamentais do Estado de Direito. A vigilância da sociedade e a atuação responsável das instituições serão decisivas para que essa reforma seja um avanço e não um retrocesso.

QUESTÕES DE PROVAS RESPONDIDAS

Observação: Os modelos de respostas aposentados a seguir têm caráter orientativo e podem não corresponder integralmente às expectativas da banca examinadora. Trata-se de um modelo referencial para auxiliar o candidato na organização de suas ideias e no desenvolvimento de um raciocínio lógico e estruturado na elaboração de sua prova.

MÉDICO LEGISTA DE 3ª CLASSE – AIDES 2024

QUESTÃO

Leia, com atenção, o texto a seguir.

A discussão acerca da inimizabilidade nos leva a refletir quanto ao papel da sociedade na proteção e no cuidado com seus membros mais vulneráveis. A Psiquiatria Forense não só contribui para a justiça ao avaliar a saúde mental dos indivíduos envolvidos em crimes, mas também traz à tona a necessidade de compreensão e empatia. Reconhecer a inimizabilidade é aceitar que nem todos possuem a mesma capacidade de controle e discernimento, e que a sociedade deve prover suporte e tratamento adequados para garantir uma convivência justa e equilibrada.

TABORDA, José G. V.; ABDALLA-FILHO, Elias; CHALUB, Miguel: Psiquiatria forense: 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012, com adaptações.

Com base na reflexão proposta no texto apresentado, e considerando que este tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo-argumentativo acerca do tema “Inimizabilidade e suas implicações legais e sociais”. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- I) critérios legais para a definição de imputabilidade;
- II) impactos da conclusão pericial na sentença judicial;
- III) implicações éticas da inimizabilidade para a sociedade.

MOLELO DE RESPOSTA

A questão da inimizabilidade no direito penal transcende a mera avaliação jurídica da capacidade de um indivíduo entender o caráter ilícito de sua conduta. Trata-se de um conceito que perpassa dimensões legais, sociais e éticas, exigindo abordagem sensível às limitações psíquicas de certos agentes. Em um Estado democrático de direito, a imputabilidade é condição fundamental para a responsabilização penal, e a sua ausência impõe à sociedade não apenas respostas jurídicas adequadas, mas também políticas de amparo e reabilitação. Nesse contexto, é crucial analisar os critérios legais que definem a imputabilidade, os impactos da perícia médica na sentença e as implicações éticas que decorrem da consideração da inimizabilidade.

Conforme o artigo 26 do Código Penal brasileiro, é inimputável o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou omissão, incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Assim, o ordenamento adota o critério biopsicológico, exigindo, cumulativamente, a presença de um elemento biológico (anormalidade psíquica) e um elemento psicológico (incapacidade de entendimento ou autodeterminação). Ainda, a legislação prevê a semi-imputabilidade, quando a capacidade do agente é apenas reduzida, permitindo ao magistrado modular a resposta penal de forma proporcional. Este sistema busca equilibrar a proteção dos direitos fundamentais com a defesa da ordem jurídica, respeitando os princípios da dignidade da pessoa humana e da culpabilidade.

A conclusão do exame pericial, por sua vez, exerce papel decisivo na formação da convicção judicial. Embora o juiz não esteja vinculado ao laudo, este possui grande peso técnico, principalmente diante da complexidade da matéria psiquiátrica. Quando reconhecida a inimizabilidade, o Código Penal determina a substituição da pena pela aplicação de medida de segurança, consistente em internação hospitalar ou tratamento ambulatorial. Em casos de semi-imputabilidade, pode haver redução de pena ou imposição cumulativa de medida de segurança. A correta análise pericial é essencial para que o sistema de justiça penal atue em conformidade com os princípios constitucionais, impedindo a punição de indivíduos que, por razões médicas, eram incapazes de compreender ou reger suas ações.

Além dos aspectos jurídicos, a inimizabilidade gera importantes implicações éticas para a sociedade. Reconhecer que certos indivíduos não possuem plena capacidade de autodeterminação exige, do Estado e da coletividade, um compromisso com políticas públicas de saúde mental que promovam o tratamento e a inclusão social, em lugar da simples exclusão ou marginalização. A ética

social impõe que se combata o estigma relacionado às doenças mentais e que se reconheça a necessidade de políticas preventivas e inclusivas. Conforme defendido por Taborda, Abdalla-Filho e Chalub, a Psiquiatria Forense, ao contribuir para a justiça, também revela a necessidade de maior empatia e suporte aos indivíduos vulneráveis. Assim, reconhecer a inimputabilidade não implica fragilizar a ordem pública, mas reafirmar os valores fundamentais de respeito à dignidade e à igualdade.

Em conclusão, a análise da inimputabilidade revela a complexa interação entre direito, saúde mental e ética. A definição clara dos critérios legais, a correta valoração da prova técnica e a reflexão sobre os deveres éticos da sociedade são fundamentais para que o sistema de justiça penal se mantenha justo e humanizado. A proteção dos inimputáveis, longe de ser um obstáculo à segurança pública, é uma demonstração do compromisso social com os direitos humanos, promovendo a convivência baseada no respeito e na solidariedade.

PCAM 2021 DELEGADO DE POLÍCIA - 4ª CLASSE PROVA DISCURSIVA - FGV

QUESTÃO 01

O Estado Alfa editou a Lei nº XX estabelecendo os balizamentos a serem observados pelos Delegados de Polícia em relação ao instituto da fiança, vedando a sua concessão em se tratando da prática da tortura, do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, do terrorismo e dos definidos como crimes hediondos.

Com base na CRFB/88, avalie se a Lei nº XX é formal e materialmente constitucional. Fundamente sua resposta.

Resposta:

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) estabelece, em seu artigo 5º, inciso LXVI, que "ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança." Trata-se de uma garantia fundamental que busca assegurar a liberdade como regra, restringindo a prisão provisória apenas às hipóteses excepcionais legalmente previstas.

No que diz respeito à fiança, o Código de Processo Penal (CPP), após as alterações promovidas pela Lei nº 12.403/2011, prevê a possibilidade de concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, inclusive em relação a crimes mais graves. A sistemática processual penal passou a priorizar medidas cautelares diversas da prisão, reservando a prisão preventiva como último recurso.

A vedação genérica e abstrata à concessão de fiança para determinados crimes, como proposto pela Lei nº XX do Estado Alfa, encontra óbice no texto constitucional e na interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em precedentes como a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 43 e o Habeas Corpus (HC) nº 104.339, o STF firmou entendimento de que a vedação absoluta à liberdade provisória, sem análise do caso concreto, viola princípios constitucionais, especialmente o da presunção de inocência e o devido processo legal.

A vedação imposta pela Lei nº XX, ao excluir a concessão de fiança de maneira automática para determinados delitos, é **materialmente inconstitucional**. Isso porque impede a análise judicial individualizada da situação concreta do custodiado, suprimindo o controle jurisdicional necessário para garantir os direitos fundamentais. Assim, ainda que a lei pretenda reforçar a persecução penal de crimes graves, ela não pode fazê-lo em afronta aos princípios constitucionais que protegem a liberdade individual.

Quanto à **inconstitucionalidade formal**, cabe destacar que a competência para legislar sobre direito processual penal é privativa da União, nos termos do artigo 22, inciso I, da CRFB/88. Assim, o Estado Alfa não poderia, por legislação própria, dispor sobre a concessão ou a vedação da fiança, uma vez que se trata de matéria de direito processual penal, cuja normatização é de competência federal. Portanto, a Lei nº XX também é **formalmente inconstitucional**.

Dessa forma, conclui-se que a Lei nº XX do Estado Alfa é **formal e materialmente inconstitucional**, pois invade a competência legislativa da União e viola princípios fundamentais previstos na Constituição da República.

Resposta aprofundada:

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou a liberdade como regra, autorizando a prisão apenas nas hipóteses excepcionais legalmente previstas. Dentro desse sistema de garantias, a liberdade provisória, com ou sem fiança, foi reconhecida como instrumento de proteção da dignidade e da presunção de inocência. O presente caso propõe a análise da constitucionalidade da Lei nº XX do Estado Alfa, que veda a concessão de fiança em crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e crimes hediondos. Para tanto, deve-se enfrentar a questão sob os prismas da constitucionalidade formal e material.

Em relação à **constitucionalidade formal**, o artigo 22, inciso I, da CRFB/88, estabelece que compete privativamente à União legislar sobre direito processual. A natureza jurídica da fiança, enquanto instituto que integra o rol das medidas cautelares penais, é eminentemente processual. Logo, compete exclusivamente à União dispor sobre a sua regulamentação, seus requisitos e suas vedações. Dessa forma, ao editar norma que regula matéria de direito processual, o Estado Alfa ultrapassou os limites de sua competência legislativa, o que caracteriza inconstitucionalidade formal.

No que tange à **constitucionalidade material**, a análise deve considerar os princípios constitucionais que informam o processo penal brasileiro, especialmente o da presunção de inocência (art. 5º, inciso LVII) e o do devido processo legal (art. 5º, inciso LIV). O artigo 5º, inciso LXVI, da CRFB/88, assegura que ninguém será mantido preso quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

14 REDAÇÃO DISCURSIVA - DINCE: a melhor e mais completa apostila

Com o advento da Lei nº 12.403/2011, que alterou o Código de Processo Penal, a lógica processual penal passou a privilegiar a análise concreta do periculum libertatis, permitindo ao juiz substituir a prisão por outras medidas cautelares diversas, quando adequadas e suficientes. A vedação absoluta à concessão de fiança, sem análise individualizada, viola esse modelo de justiça cautelar, pois impede o exame das peculiaridades do caso concreto, como os antecedentes, as circunstâncias do crime e o comportamento do acusado.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reforça essa compreensão. No julgamento do HC 104.339/SP, o STF declarou a inconstitucionalidade da vedação absoluta à liberdade provisória prevista na Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990), reconhecendo que a avaliação judicial concreta é imprescindível para resguardar direitos fundamentais. O mesmo entendimento foi reafirmado na ADC 43, em que se assentou que a prisão preventiva deve ser motivada e justificada à luz dos requisitos previstos em lei, e que não pode ser automática em razão da gravidade abstrata do delito.

Assim, a Lei nº XX, ao vedar a concessão de fiança de forma genérica e abstrata para determinados crimes, revela-se materialmente inconstitucional por afrontar o princípio da presunção de inocência, o direito à liberdade e a necessidade de fundamentação específica para a imposição de medidas restritivas de direitos.

Portanto, conclui-se que a Lei nº XX do Estado Alfa é **formalmente inconstitucional**, pois invadiu a competência legislativa privativa da União, e **materialmente inconstitucional**, por violar princípios constitucionais estruturantes do processo penal democrático. A proteção da sociedade e a repressão a crimes graves devem ocorrer dentro dos limites constitucionais, com respeito aos direitos e garantias individuais que alicerçam o Estado Democrático de Direito.

QUESTÃO 02

Após o fim de um concerto no Teatro Amazonas, quando da dispersão do público, Roberto se depara com Fábio, seu antigo desafeto, no Largo de São Sebastião. Em meio ao público, os dois iniciam uma disputa silenciosa pela obtenção de um táxi, tentando chamar a atenção dos poucos motoristas que passavam pelo local. Em determinado momento, um veículo, sem passageiro, faz sinal com a seta e se aproxima da calçada, oportunidade em que Fábio se pronuncia e avança para abrir a porta. Neste momento, Roberto surge por trás, empurrando Fábio, com a intenção exclusiva de afastá-lo e assumir seu lugar no veículo. No entanto, perdendo o controle sobre a quantidade de força empregada, Roberto faz com que Fábio caia no meio da rua, em decorrência do empurrão. Em consequência, Fábio torce seu pé direito, de forma grave, o que o impede de levantar e caminhar sozinho. Roberto fica apenas olhando, satisfeito com seu desafeto caído e imobilizado, até o momento em que um veículo não conseguiu desviar, atropela Fábio, que falece no local.

Identifique a responsabilidade jurídico-penal de Roberto, especificando eventual delito a que deva responder.

QUESTÃO 03

João, Policial Civil do Estado Alfa, responde a Processo Administrativo Disciplinar (PAD), no qual se apura sua eventual falta funcional punível com pena de demissão, consistente em aplicação irregular de dinheiro público. Sabe-se que os fatos que ora são investigados no PAD foram inicialmente noticiados à Polícia Civil por meio de denúncia anônima. Ademais, o PAD encontra-se em fase de instrução e a comissão processante pretende utilizar prova emprestada consistente em interceptação telefônica produzida em ação penal em curso. No caso em tela, com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores, responda de forma fundamentada aos itens a seguir.

I. É permitida a instauração de Processo Administrativo Disciplinar com base em denúncia anônima?

II. No PAD, é permitida a utilização de prova emprestada, consistente em interceptação telefônica produzida em ação penal?

QUESTÃO 04

“Ao pensar na possível obsolescência do sistema prisional, devemos nos perguntar como tantas pessoas foram parar na prisão sem que houvesse maiores debates sobre a eficácia do encarceramento. (...) Por que as pessoas presumiram com tanta rapidez que aprisionar uma porção cada vez maior da população norte-americana ajudaria aqueles que vivem em liberdade a se sentirem mais seguros e protegidos? Essa questão pode ser formulada em termos mais gerais. Por que as prisões tendem a fazer com que as pessoas pensem que seus próprios direitos e liberdades estão mais protegidos do que estariam se elas não existissem? (...) No fundo, há uma questão fundamental: por que consideramos as prisões algo incontestável? (...) Esse é o trabalho ideológico que a prisão realiza – ela nos livra da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global.”

(DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Rio de Janeiro: Difel, 2018)

O trecho acima foi extraído do primeiro capítulo do livro “Estarão as prisões obsoletas?”, da criminóloga e ativista abolicionista norte-americana Angela Davis. A autora apresenta uma série de questões que introduzem a perspectiva abolicionista a partir da crítica sobre a prisão – sua eficácia do ponto de vista do cumprimento das funções que se propõe

a cumprir, sua utilidade em relação às demandas impostas pelo capitalismo e até mesmo sua necessidade para a solução de conflitos ou problemas sociais.

Apresente duas das principais críticas ao modelo carcerário, feitas a partir da Criminologia Crítica.

Questão 05 - Peça Processual

Determinado Delegado de Polícia, após alguns anos, retornou como titular de uma unidade de polícia judiciária na qual havia trabalhado no início da carreira. Ao verificar as investigações em curso, deparou-se com um inquérito policial que apura a ocorrência de roubo. De acordo com a narrativa apresentada por Carlos e Ricardo, eles trafegavam com seu carro por uma via secundária, quando, ao tentar estacionar o veículo, foram surpreendidos por dois sujeitos em uma motocicleta que, exibindo armas de fogo, renderam Ricardo, que conduzia o carro, determinando que os dois desembarcassem e deixassem todos seus pertences. O homem que estava na garupa assumiu o controle do veículo e saiu do local. As vítimas mencionaram que um dos roubadores tinha uma grande cicatriz no rosto, aparentando ser cego de um olho, ao passo que o outro possuía tatuagens no rosto, mãos e braços, detalhando como seriam.

O referido *modus operandi* e as características pessoais dos envolvidos foi lembrada pelo Delegado de Polícia como elementos identificadores de procedimentos investigatórios em que havia atuado anos atrás, em que Sérgio e Eduardo surgiram como suspeitos identificados. Após consulta à Vara de Execuções Penais e contato com o sistema penitenciário, a Autoridade Policial foi informada de que Sérgio e Eduardo já estavam em liberdade, depois de cumprir pena pelos roubos anteriormente praticados.

O Delegado de Polícia determina a intimação das vítimas e dos suspeitos para que compareçam à unidade policial, para oitiva e realização de reconhecimento pessoal. Entende que tal diligência é necessária para fixar a autoria delitiva e posteriormente instruir representação por prisão preventiva. Em que pese o sucesso da intimação de todos, no dia aprazado, apenas as vítimas compareceram, descrevendo com mais detalhes as pessoas que realizaram o roubo, bem como contribuindo com detalhes da dinâmica.

Diante desse quadro, elabore a peça procedimental adequada ao desenvolvimento das investigações, com a identificação da autoria por reconhecimento pessoal e que viabilize o futuro pedido de prisão preventiva.

Para o caso apresentado, o Delegado de Polícia precisa adotar a peça procedimental correta para o desenvolvimento das investigações, com a coleta de informações sobre a autoria, viabilizando posteriormente um pedido de prisão preventiva. A peça mais adequada neste caso seria **Requisição de Reconhecimento Pessoal** dos suspeitos e a **Representação por Prisão Preventiva**. Vamos abordar as duas partes: primeiro, a **requisição de reconhecimento pessoal** e, em seguida, a **representação por prisão preventiva**.

1. Requisição de Reconhecimento Pessoal

O reconhecimento pessoal, previsto no Código de Processo Penal, é uma diligência essencial para o esclarecimento da autoria de um crime, sobretudo quando há indícios sólidos de que os suspeitos possam ser os autores, mas a identificação direta ainda não foi realizada. No caso, o reconhecimento é imprescindível para esclarecer a autoria do roubo cometido por Sérgio e Eduardo, que já foram identificados pelas vítimas, além de o delegado ter informações da Vara de Execuções Penais que confirmam a liberdade dos suspeitos após cumprimento de pena por crimes semelhantes.

Modelo de Requisição de Reconhecimento Pessoal:

[Nome da Delegacia] [Endereço] Telefone: [número] E-mail: [endereço eletrônico]

PROCESSO Nº [número do inquérito]

REQUISIÇÃO DE RECONHECIMENTO PESSOAL

Ilmo. Sr. Juiz de Direito da [Vara Criminal / Vara de Execuções Penais]

Nos autos do Inquérito Policial nº [número], que apura o delito de roubo (art. 157, do Código Penal), ocorrido em [data], neste município, o Delegado de Polícia que esta subscreve, considerando a narrativa das vítimas e os elementos colhidos até o momento, bem como os indícios de autoria de Sérgio e Eduardo, ambos com passagens pela polícia e anteriormente cumprindo pena por crimes de mesma natureza, REQUER a Vossa Excelência, a autorização para a realização de **reconhecimento pessoal** dos suspeitos pelos ofendidos Carlos e Ricardo, com a finalidade de corroborar a autoria do delito.

As vítimas já apresentaram à Autoridade Policial uma descrição detalhada dos indivíduos responsáveis pelo roubo, inclusive características físicas marcantes, que coincidem com aquelas de Sérgio e Eduardo, e os suspeitos já foram previamente identificados no curso da investigação.

16 REDAÇÃO DISCURSIVA - DINCE: a melhor e mais completa apostila

Portanto, com fundamento no artigo 226 do Código de Processo Penal, requer-se que seja deferida a diligência de **reconhecimento pessoal** para que as vítimas possam identificar os suspeitos, contribuindo para a elucidação do fato criminoso.

Termos em que,
Pede deferimento.

[Cidade], [data]

[Assinatura]

[Nome do Delegado de Polícia]

Matrícula nº [número da matrícula]

Delegado de Polícia

2. Representação por Prisão Preventiva

Após o reconhecimento pessoal das vítimas e a confirmação da autoria do crime, o Delegado de Polícia pode representando pela prisão preventiva dos suspeitos, com base nos fundamentos legais do artigo 312 do Código de Processo Penal. A prisão preventiva é cabível quando houver indícios suficientes de autoria, necessidade de garantir a ordem pública ou econômica, e o perigo de reiteração criminosa.

Neste caso, a prisão preventiva deve ser fundamentada no fato de que os suspeitos têm antecedentes criminais por delitos semelhantes, o que configura a possibilidade de reiteração criminosa, além da gravidade do crime em questão.

Modelo de Representação por Prisão Preventiva:

[Nome da Delegacia]

[Endereço]

Telefone: [número]

E-mail: [endereço eletrônico]

PROCESSO Nº [número do inquérito]

REPRESENTAÇÃO POR PRISÃO PREVENTIVA

Ilmo. Sr. Juiz de Direito da [Vara Criminal]

O Delegado de Polícia que esta subscreve, nos autos do Inquérito Policial nº [número], que apura o delito de roubo, ocorrido em [data], neste município, vem, com base no artigo 312 do Código de Processo Penal, **representar pela prisão preventiva** dos suspeitos **Sérgio [nome completo]** e **Eduardo [nome completo]**, com fundamento nas seguintes razões:

1. **Indícios de autoria:** Conforme as declarações das vítimas, Carlos e Ricardo, que foram vítimas de roubo em [data], os suspeitos Sérgio e Eduardo foram identificados como os autores do delito. As vítimas forneceram descrição detalhada dos envolvidos, compatível com as características de ambos, os quais já foram investigados e processados por crimes semelhantes.
2. **Periculosidade e reiteração criminosa:** Sérgio e Eduardo possuem antecedentes criminais por roubos anteriores, o que demonstra sua propensão a cometer novos delitos, especialmente crimes de natureza violenta, como o roubo. Sua liberdade representa um risco à ordem pública e à integridade da sociedade.
3. **Fundamentos da prisão preventiva:** A prisão preventiva é necessária para garantir a ordem pública, evitando a reiteração criminosa e assegurando que os suspeitos não se esquivem da aplicação da lei penal, haja vista que ambos têm históricos de envolvimento com crimes de roubo e já cumpriram penas por tais atos. Não há outra medida cautelar suficiente para garantir a eficácia da investigação e a futura aplicação da lei penal.

Portanto, com base nos fundamentos legais mencionados, requer-se a decretação da **prisão preventiva** de Sérgio e Eduardo, para garantir a ordem pública, a conveniência da instrução criminal e evitar a reiteração criminosa, conforme o artigo 312 do Código de Processo Penal.

Termos em que,
Pede deferimento.

[Cidade], [data]

[Assinatura]

[Nome do Delegado de Polícia]

Matrícula nº [número da matrícula]

Delegado de Polícia

Conclusão:

Neste cenário, o Delegado de Polícia está tomando as medidas corretas para garantir o desenvolvimento das investigações e a prisão dos suspeitos, se confirmada a autoria do crime. A **requisição de reconhecimento pessoal** visa consolidar a autoria, enquanto a **representação por prisão preventiva** busca garantir a ordem pública, a conveniência da instrução criminal e evitar a reiteração de crimes por parte dos acusados.

QUESTÕES DE PROVAS PASSADAS

CESPE/PRF/2019 – Cargo: Policial Rodoviário Federal

A Lei n.º 11.705/2008, conhecida como Lei Seca, por reduzir a tolerância com motoristas que dirigem embriagados, colocou o Brasil entre os países com legislação mais severa sobre o tema. No entanto, a atitude dos motoristas pouco mudou nesses dez anos. Um levantamento, por meio da Lei de Acesso à Informação, indicou mais de 1,7 milhão de autuações, com crescimento contínuo desde 2008. O avanço das infrações nos últimos cinco anos ficou acima do aumento da frota de veículos e de pessoas habilitadas: o número de motoristas flagrados bêbados continua crescendo, em vez de diminuir com o endurecimento das punições ao longo desses anos.

Internet: (com adaptações).

Nas estradas federais que cortam o estado de Pernambuco, durante o feriado de Natal, a PRF registrou cento e três acidentes de trânsito, com cinquenta e dois feridos e sete mortos. Segundo a corporação, seis motoristas foram presos por dirigir bêbados e houve oitenta e sete autuações pela Lei Seca. Os números são parte da Operação Integrada Rodovia, deflagrada pela PRF. Em 2017, foram registrados noventa acidentes. No ano passado, a ação da polícia teve um dia a menos. Internet: (com adaptações).

Considerando que os fragmentos de texto acima têm caráter unicamente motivador, **redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.**

O COMBATE ÀS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO NAS RODOVIAS FEDERAIS BRASILEIRAS

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 medidas adotadas pela PRF no combate às infrações;
- 2 ações da sociedade que auxiliem no combate às infrações;
- 3 atitudes individuais para a diminuição das infrações

Combate às Infrações de Trânsito nas Rodovias Federais Brasileiras

O trânsito seguro em rodovias federais brasileiras é um desafio que exige a atuação coordenada entre o poder público, a sociedade e os indivíduos. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e outras normativas regulam as ações voltadas à prevenção e combate às infrações, as quais buscam proteger vidas, garantir a mobilidade e minimizar os impactos econômicos e sociais dos acidentes.

1. Medidas Adotadas pela PRF no Combate às Infrações

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) desempenha um papel essencial na fiscalização e repressão de infrações nas rodovias federais. Algumas medidas adotadas incluem:

1.1 Fiscalização Eletrônica e Ostensiva

A PRF utiliza radares, câmeras e patrulhas móveis para monitorar e registrar infrações como excesso de velocidade, ultrapassagens proibidas e condução perigosa. Essa prática é fundamentada no **art. 280 do CTB**, que estabelece que a fiscalização pode ser realizada por aparelhos eletrônicos, e no **art. 61**, que fixa os limites de velocidade em rodovias.

1.2 Operações Especiais

A PRF realiza operações específicas, como a **Operação Rodovia**, que intensifica a fiscalização em períodos de maior fluxo, como feriados, para prevenir acidentes e coibir infrações relacionadas ao consumo de álcool e direção. Essas ações encontram respaldo na **Lei nº 11.705/2008 (Lei Seca)**, que institui penalidades para quem dirige sob influência de álcool, conforme o **art. 165 do CTB**.

1.3 Educação para o Trânsito

Campanhas educativas, como a promoção do uso do cinto de segurança e a conscientização sobre o perigo de ultrapassagens perigosas, são realizadas pela PRF em conformidade com o **art. 74 do CTB**, que reconhece a educação como um dos pilares da segurança no trânsito.

1.4 Fiscalização do Transporte de Cargas e Passageiros

A PRF também combate o excesso de peso e irregularidades no transporte coletivo, conforme previsto nos **arts. 230 e 231 do CTB**, que tratam da conservação e segurança dos veículos em circulação.

2. Ações da Sociedade que Auxiliem no Combate às Infrações

A sociedade desempenha um papel fundamental na promoção de um trânsito mais seguro, complementando as ações das autoridades de trânsito.

2.1 Participação em Campanhas Educativas

18 REDAÇÃO DISCURSIVA - DINCE: a melhor e mais completa apostila

Movimentos como o **Maio Amarelo** promovem a conscientização sobre o impacto das infrações de trânsito. Essas campanhas têm base no **art. 76 do CTB**, que incentiva a participação de entidades civis na educação para o trânsito.

2.2 Denúncias de Infrações

Cidadãos podem denunciar condutas perigosas, como direção sob efeito de álcool ou ultrapassagens indevidas, por meio do canal da PRF (Disque 191). Essa colaboração é amparada pelo princípio da participação social no trânsito, expresso no **art. 1º, §2º, do CTB**, que trata do trânsito como um direito de todos e dever de cada cidadão.

2.3 Pressão Social por Infraestruturas Seguras

A sociedade também pode atuar junto a órgãos governamentais para demandar melhorias na infraestrutura das rodovias, como instalação de radares, iluminação adequada e sinalização, conforme previsto no **art. 21 do CTB**, que trata da competência do poder público na gestão do trânsito.

3. Atitudes Individuais para a Diminuição das Infrações

A segurança no trânsito começa com atitudes individuais conscientes e responsáveis.

3.1 Cumprimento das Normas de Trânsito

Condutores devem respeitar as regras estabelecidas no **CTB**, como os limites de velocidade (**art. 61**), o uso do cinto de segurança (**art. 65**) e a proibição do uso de celular ao volante (**art. 252**). O cumprimento dessas normas reduz significativamente o risco de acidentes.

3.2 Conscientização Sobre o Consumo de Alcool

Evitar dirigir após consumir álcool é fundamental. A **Lei Seca (Lei nº 11.705/2008)**, em consonância com o **art. 165 do CTB**, estabelece penalidades severas para quem dirige sob efeito de álcool, como multa, suspensão da CNH e possibilidade de detenção.

3.3 Manutenção Preventiva dos Veículos

Manter o veículo em boas condições é essencial para evitar falhas mecânicas que possam causar acidentes. O **art. 230 do CTB** prevê penalidades para veículos que não estejam em condições seguras de circulação.

3.4 Práticas de Direção Defensiva

Adotar uma condução preventiva, antecipando riscos e respeitando os outros usuários das rodovias, é uma prática que contribui para um trânsito mais seguro. Essa abordagem encontra respaldo nos princípios da convivência pacífica e da responsabilidade no trânsito, previstos no **art. 1º do CTB**.

Observação: O texto apresentado tem caráter orientativo e pode não corresponder integralmente às expectativas da banca examinadora. Trata-se de um modelo referencial para auxiliar o candidato na organização de suas ideias e no desenvolvimento de um raciocínio lógico e estruturado na elaboração de sua prova.

CESPE/TRE TO/2018 – Cargo: Técnico Judiciário – Área Administrativa

O problema das enchentes passou a ser algo comum na vida das populações de algumas cidades brasileiras. Infelizmente, todos os anos, entre os meses de dezembro e fevereiro, os noticiários são tomados por problemas relacionados com a elevação dos cursos d'água e a inundação de casas e ruas, que desencadeiam uma série de tragédias que, quase sempre, poderia ser evitada.

Internet: www.brasilecola.uol.com.br (com adaptações).

O furacão Irma causou um efeito brutal nas ilhas do Caribe, embora tenha deixado um número relativamente pequeno de mortos. A diminuta ilha de Barbuda, com apenas 1.700 habitantes, ficou absolutamente devastada, e nove em cada dez moradias estão danificadas, segundo as autoridades. O panorama de Barbuda é o de uma terra arrasada.

Internet: <https://brasil.elpais.com> (com adaptações).

Considerando que os textos acima têm caráter unicamente motivador, **redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.**

A AÇÃO GOVERNAMENTAL DIANTE DOS DESASTRES NATURAIS

Ao elaborar seu texto, aborde os possíveis danos a curto, médio e longo prazos provocados pelos desastres naturais [valor: 4,50 pontos] bem como discorra sobre ações preventivas e reparadoras que podem ser adotadas pelos governos dos locais atingidos por esses fenômenos como forma de minimizar os danos causados à população [valor: 5,00 pontos].

A AÇÃO GOVERNAMENTAL DIANTE DOS DESASTRES NATURAIS

Os desastres naturais, como enchentes, furacões e terremotos, têm se tornado cada vez mais frequentes, impactando duramente as populações de diversas regiões ao redor do mundo. No Brasil, por exemplo, as enchentes causam transtornos anuais, afetando milhares de pessoas, especialmente entre os meses de dezembro e fevereiro. No Caribe, o furacão Irma provocou destruição massiva, como no caso da pequena ilha de Barbuda, onde quase todas as moradias foram danificadas. Esses eventos deixam cicatrizes profundas nas comunidades afetadas, e o papel do governo é fundamental não apenas na resposta emergencial, mas também na adoção de políticas preventivas para mitigar os danos causados por tais fenômenos.

Danhos a Curto, Médio e Longo Prazo

Os desastres naturais provocam danos significativos em diferentes escalas temporais, que vão desde a destruição imediata até os efeitos duradouros nas comunidades afetadas.

- **Curto Prazo:** Os danos imediatos incluem a perda de vidas, a destruição de moradias, infraestrutura e recursos básicos, como fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água. Além disso, há o impacto direto na saúde pública, com o aumento de doenças devido à água contaminada e à falta de acesso a cuidados médicos. No caso das enchentes, ruas alagadas e o desabamento de estruturas podem isolar bairros inteiros, dificultando o resgate de vítimas e o fornecimento de ajuda humanitária.

- **Médio Prazo:** A recuperação das cidades e vilarejos afetados exige um grande esforço para reconstrução de infraestrutura e moradias, o que pode levar meses ou até anos. A economia local também é afetada, já que muitas empresas e comércios enfrentam dificuldades financeiras devido à interrupção de suas atividades. O sistema educacional e os serviços públicos podem sofrer atrasos, o que afeta a qualidade de vida da população a médio prazo.

- **Longo Prazo:** A longo prazo, os desastres naturais podem gerar um aumento da vulnerabilidade social, com a perda de patrimônio e a migração forçada de famílias para outras regiões. Além disso, o impacto no meio ambiente pode ser irreversível, com a destruição de ecossistemas e recursos naturais que são essenciais para a sobrevivência das comunidades. As cicatrizes econômicas e sociais tendem a durar por muitas gerações, criando um ciclo de pobreza e desigualdade.

Ações Preventivas e Reparadoras do Governo

A atuação do governo é fundamental tanto na **prevenção** quanto na **recuperação** dos danos causados pelos desastres naturais. A resposta do governo deve ser rápida, eficaz e baseada em planejamento estratégico para minimizar os efeitos adversos sobre a população.

- **Ações Preventivas:**

1. **Planejamento Urbano e Infraestrutura Adequada:** Investir em infraestrutura que minimize o impacto das enchentes, como a construção de sistemas de drenagem eficientes, a criação de barreiras naturais e o reflorestamento de áreas de risco. O planejamento urbano deve ser realizado de forma a evitar a ocupação de áreas de risco, como margens de rios e encostas.

2. **Sistemas de Monitoramento e Alerta Precoce:** A instalação de sistemas de monitoramento para detectar e prever desastres naturais, como enchentes e furacões, é essencial. A criação de alertas precoces e protocolos de evacuação pode salvar vidas, permitindo que a população se prepare antes da chegada de um desastre.

3. **Educação e Conscientização:** Programas educativos sobre como agir durante desastres naturais são fundamentais. A população deve ser orientada sobre como se proteger, identificar áreas de risco e tomar medidas preventivas, como o fortalecimento de moradias e a realização de planos de evacuação.

- **Ações Reparadoras:**

1. **Assistência Humanitária Imediata:** Após um desastre, o governo deve agir rapidamente para fornecer alimentos, água potável, medicamentos e abrigos temporários às vítimas. A assistência médica também deve ser priorizada para evitar surtos de doenças.

2. **Reconstrução e Reparação da Infraestrutura:** É essencial que o governo implemente planos de reconstrução eficientes, com a prioridade para a reconstrução de moradias e infraestrutura pública, como hospitais, escolas e centros de saúde. Além disso, é necessário garantir o restabelecimento dos serviços essenciais, como água e eletricidade.

3. **Apoio Econômico às Vítimas:** O governo deve oferecer apoio econômico às famílias e empresas afetadas pelos desastres naturais, incluindo a concessão de crédito a juros baixos, auxílio-desemprego temporário e programas de reabilitação econômica. Isso ajudará as comunidades a se recuperarem financeiramente e a retomarem suas atividades produtivas.

4. **Avaliação e Aprendizado:** Após a crise, é importante que o governo faça uma avaliação detalhada dos danos e das respostas adotadas, para aprender com as falhas e aprimorar os processos de gestão e prevenção para desastres futuros.

Conclusão

Os desastres naturais representam um desafio constante para os governos, que devem adotar medidas tanto preventivas quanto reparadoras para minimizar seus impactos. A prevenção, por meio de infraestrutura adequada, sistemas de alerta e educação da população, é a chave para reduzir os danos a curto, médio e longo prazos. Quando o desastre ocorre, a resposta rápida e eficiente do governo é essencial para salvar vidas e permitir a recuperação das comunidades afetadas. A ação governamental diante dos desastres naturais deve ser contínua e integrada, com foco na proteção e bem-estar da população, para garantir que o país esteja mais preparado para enfrentar tais fenômenos no futuro.

Observação: O texto apresentado tem caráter orientativo e pode não corresponder integralmente às expectativas da banca examinadora. Trata-se de um modelo referencial para auxiliar o candidato na organização de suas ideias e no desenvolvimento de um raciocínio lógico e estruturado na elaboração de sua prova.

CESPE/ANVISA/2016 – Cargo: Técnico Administrativo

Historicamente, instruir os que não sabem, alimentar os famintos e cuidar dos doentes têm sido algumas das missões diárias indicadas aos devotos de diferentes religiões. Em tempos modernos, a essas missões foi acrescentado

20 REDAÇÃO DISCURSIVA - DINCE: a melhor e mais completa apostila

um novo item: zelar pelo meio ambiente, como revela, por exemplo, uma mensagem escrita pelo Papa Francisco, exortando as sociedades, independentemente de suas crenças, a tomar medidas urgentes para frear as mudanças climáticas. Para o representante máximo do catolicismo, “o cuidado da casa comum requer simples gestos cotidianos, pelos quais quebramos a lógica da violência, da exploração, do egoísmo, e manifestamos o amor em todas as ações que procuram construir um mundo melhor”.

O Globo, 2/9/2016, p. 29 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, **redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:**

PRESERVAÇÃO DO ECOSISTEMA: RESPONSABILIDADE DO ESTADO, DA SOCIEDADE E DE CADA CIDADÃO

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- > Relação entre os cuidados com o meio ambiente e a preservação das condições sanitárias; [valor: 12,00 pontos]
- > Atitudes individuais que podem reduzir os efeitos da ação humana sobre o planeta; [valor: 13,00 pontos]
- > Formas de atuação da sociedade para que os governos cumpram compromissos relacionados à preservação ambiental. [valor: 13,00 pontos]

RELAÇÃO ENTRE OS CUIDADOS COM O MEIO AMBIENTE E AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS

A degradação ambiental impacta diretamente as condições sanitárias da população, uma vez que problemas como a contaminação de mananciais, a poluição atmosférica e o descarte inadequado de resíduos contribuem para a disseminação de doenças. O **art. 225 da Constituição Federal de 1988** assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, fundamental para a saúde e qualidade de vida.

Um exemplo evidente dessa relação é o manejo inadequado do lixo, que favorece a proliferação de vetores de doenças, como a dengue e a leptospirose. Além disso, a poluição dos rios e oceanos compromete o abastecimento de água potável, o que afeta diretamente a saúde pública e a segurança alimentar. Nesse sentido, cuidar do meio ambiente é essencial para evitar crises sanitárias e garantir o bem-estar das populações.

Atitudes Individuais para Reduzir os Efeitos da Ação Humana no Planeta

Cada cidadão tem um papel fundamental na redução dos impactos ambientais, adotando práticas sustentáveis em suas rotinas. Medidas simples, como a redução do consumo de plástico descartável, a separação e reciclagem de resíduos sólidos e o uso consciente de recursos naturais, como água e energia, são formas eficazes de minimizar a pegada ecológica individual.

Além disso, a escolha por meios de transporte alternativos, como o uso de bicicletas ou transporte público, contribui para a redução da emissão de gases de efeito estufa, um dos principais responsáveis pelo aquecimento global. A responsabilidade individual é reforçada pela **Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999)**, que busca conscientizar os cidadãos sobre a importância de práticas sustentáveis.

Formas de Atuação da Sociedade Para Garantir o Cumprimento dos Compromissos Governamentais

A sociedade organizada desempenha um papel vital na cobrança de políticas públicas eficazes para a preservação ambiental. Movimentos sociais, ONGs e coletivos têm pressionado os governos a implementar ações concretas, como o cumprimento de metas estabelecidas em acordos internacionais, a exemplo do **Acordo de Paris (2015)**, que estabelece compromissos para a redução de emissões de carbono.

Além disso, o monitoramento das políticas ambientais e o uso de instrumentos como ações civis públicas, previstas no **art. 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal**, permitem que a sociedade atue juridicamente contra omissões do poder público. Outro mecanismo é o incentivo ao consumo responsável, promovendo empresas que adotam práticas sustentáveis e boicotando aquelas que prejudicam o meio ambiente.

Conclusão

A preservação do ecossistema é uma responsabilidade que transcende fronteiras e esferas de atuação, exigindo o engajamento conjunto do Estado, da sociedade e de cada cidadão. Enquanto o poder público deve cumprir seu papel constitucional de proteger o meio ambiente e promover políticas públicas eficientes, a sociedade deve fiscalizar e cobrar ações concretas, e os indivíduos, por sua vez, precisam adotar práticas sustentáveis no dia a dia. Essa convergência de esforços é essencial para garantir um planeta habitável para as gerações atuais e futuras, fortalecendo o compromisso com a vida e a sustentabilidade.

Observação: O texto apresentado tem caráter orientativo e pode não corresponder integralmente às expectativas da banca examinadora. Trata-se de um modelo referencial para auxiliar o candidato na organização de suas ideias e no desenvolvimento de um raciocínio lógico e estruturado na elaboração de sua prova.

CESPE/TRE PI/2016 – Cargo: Analista Judiciário – Área Administrativa

Nas últimas décadas, a administração pública brasileira vem passando por algumas reformas, com vistas ao aprimoramento do serviço público prestado e à modernização da gestão. Entre essas reformas, destaca-se o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), implantado no ano de 1995, sob a supervisão do então Ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, como forma de aproximar a administração pública brasileira da chamada administração gerencial.

A partir dessas informações, redija um texto dissertativo, atendendo ao que se pede a seguir.

- Discorra sobre os aspectos da administração pública e da prestação dos serviços públicos que culminaram na implantação do PDRAE. [valor: 2,50 pontos]
- Aponte, no mínimo, três objetivos do PDRAE enquanto reforma de estado. [valor: 3,00 pontos]
- Apresente, no mínimo, quatro características da administração pública gerencial. [valor: 4,00 pontos]

O PLANO DIRETOR DE REFORMA DO APARELHO DO ESTADO (PDRAE) E A MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Nos últimos anos, a administração pública brasileira passou por uma série de reformas voltadas para a modernização da gestão e a melhoria dos serviços públicos prestados à população. Entre essas reformas, destaca-se o **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)**, lançado em 1995 sob a supervisão do então Ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira. Essa reforma teve como objetivo aproximar a administração pública brasileira dos modelos de administração gerencial, buscando maior eficiência e eficácia nos serviços prestados pelo Estado.

Aspectos da Administração Pública e da Prestação de Serviços Públicos que Culminaram na Implantação do PDRAE

A década de 1990 foi marcada por um contexto de **crise fiscal e insatisfação popular** com a ineficiência dos serviços públicos. As administrações anteriores haviam adotado um modelo altamente burocrático, baseado em normas rígidas e hierarquia, o que resultava em **lentidão** nos processos administrativos e **falta de foco nos resultados**. Essa gestão burocrática não conseguia atender de forma eficaz as necessidades da sociedade, e a ineficiência do Estado tornava-se cada vez mais visível, especialmente nas áreas essenciais, como saúde, educação e segurança.

Além disso, o Estado brasileiro enfrentava desafios relacionados à **despesa pública elevada, dívidas externas e corrupção administrativa**, fatores que comprometeram a confiança da população na capacidade do governo de oferecer serviços de qualidade. A administração pública precisava de reformas para se modernizar e se adaptar aos novos tempos, dando ênfase à **eficiência, transparência e agilidade**. Nesse contexto, o **PDRAE** surgiu como uma resposta a essas necessidades, propondo uma reestruturação do aparelho do Estado, alinhada com os princípios da administração gerencial.

Objetivos do PDRAE enquanto Reforma de Estado

O **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)** teve diversos objetivos, entre os quais se destacam os seguintes:

1. **Desburocratização da Administração Pública:** Um dos principais objetivos do PDRAE foi substituir o modelo burocrático, rígido e impessoal por um modelo mais **flexível e eficiente**, centrado em resultados. A reforma visava reduzir a burocracia no serviço público, agilizando processos e permitindo uma gestão mais dinâmica e adaptada às necessidades da sociedade.
2. **Adoção de Práticas de Gestão Gerencial:** O PDRAE introduziu a ideia de **gestão por resultados**, buscando tornar a administração pública mais eficiente e focada em **metas e objetivos claros**. A proposta era melhorar o desempenho dos órgãos públicos e garantir que as políticas públicas fossem mais eficazes, com resultados mensuráveis e tangíveis.
3. **Descentralização e Desconcentração do Poder:** A reforma também visava descentralizar a gestão pública, dando maior autonomia aos governos estaduais e municipais, assim como às agências e autarquias. Isso permitiria uma gestão mais próxima da população e um maior foco nas necessidades locais, facilitando a implementação de políticas públicas de forma mais eficaz.

Características da Administração Pública Gerencial

A administração pública gerencial, que foi a base do PDRAE, é caracterizada por diversas inovações na gestão do setor público. Entre as principais características, destacam-se:

1. **Foco em Resultados e Eficiência:** Ao contrário do modelo burocrático, que se preocupa com processos e regras, a administração gerencial se orienta para a **eficácia e eficiência** na entrega de serviços à população. A gestão pública passa a ser medida não apenas pela **execução de tarefas**, mas pelos **resultados concretos** alcançados, como a melhoria na saúde, educação e segurança pública.
2. **Descentralização e Autonomia:** A administração pública gerencial preza pela **descentralização do poder** e pela **autonomia** das unidades gestoras. Isso significa que as decisões devem ser tomadas mais perto da realidade local, de forma a atender de maneira mais específica as necessidades da população.
3. **Gestão por Resultados e Avaliação de Desempenho:** A implementação de **metas claras, indicadores de desempenho e avaliação contínua** são características centrais da administração pública gerencial. O objetivo é monitorar constantemente os resultados obtidos e promover a melhoria contínua dos serviços prestados, com base na análise de dados e indicadores.
4. **Busca por Inovação e Qualificação da Gestão:** A administração gerencial também se caracteriza pela busca constante de **inovação** nas práticas administrativas, com a adoção de **novas tecnologias e formas criativas** de gestão. Além disso, há um foco na **qualificação dos servidores públicos**, com treinamento contínuo e desenvolvimento de competências gerenciais.

Conclusão

O **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)** representou um marco na história das reformas da administração pública brasileira. Criado para modernizar e melhorar a eficiência do serviço público, o PDRAE introduziu o conceito de **administração gerencial**, que tem como principais características a ênfase nos resultados, a descentralização do poder, a gestão orientada por metas e a busca contínua por inovação. Esses princípios visam garantir uma gestão pública mais ágil, eficiente e voltada

22 REDAÇÃO DISCURSIVA - DINCE: a melhor e mais completa apostila

para as necessidades reais da população, criando um Estado mais capaz de enfrentar os desafios do século XXI e oferecer serviços de qualidade aos cidadãos.

Observação: O texto apresentado tem caráter orientativo e pode não corresponder integralmente às expectativas da banca examinadora. Trata-se de um modelo referencial para auxiliar o candidato na organização de suas ideias e no desenvolvimento de um raciocínio lógico e estruturado na elaboração de sua prova.

PRF 2018

O COMBATE ÀS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO NAS RODOVIAS FEDERAIS BRASILEIRAS

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1. medidas adotadas pela PRF no combate às infrações; [valor: 7,00 pontos]
2. ações da sociedade que auxiliem no combate às infrações; [valor: 6,00 pontos]
3. atitudes individuais para a diminuição das infrações. [valor: 6,00 pontos]

CESPE/TCE PB/2018 – Cargo: Agente de Documentação

Para realizar a sua função administrativa, que consiste em satisfazer os interesses da coletividade, o Estado pode organizar-se administrativamente da melhor forma, estando sujeito apenas às limitações e aos princípios constitucionais.

Considerada um meio para melhorar a eficiência e a eficácia da administração pública, a descentralização pode contribuir para o aprimoramento de processos e a obtenção de melhores resultados, principalmente em matéria de saúde, educação e assistência social nas regiões mais distantes dos grandes centros urbanos.

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, discorra sobre o processo de descentralização na administração pública e sua importância para a melhoria da prestação dos serviços públicos, abordando os possíveis ganhos resultantes desse processo para o destinatário — no caso, o cidadão — da prestação de serviços públicos, além das potenciais vantagens e desvantagens do processo de descentralização para a administração pública.

CESPE/STJ/2018 – Cargo: Analista Judiciário – Área Administrativa

A prestação dos serviços pelos órgãos públicos é considerada, por grande parte da população, como muito lenta e de baixa qualidade. Em muitos casos, a pouca qualidade desses serviços está atrelada à questão orçamentária ou à incapacidade de organização do gestor administrativo, podendo, ainda, estar relacionada com a demanda excessiva exercida sobre certos órgãos e setores, como são os casos de órgãos prestadores de serviços nas áreas de saúde e justiça.

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca da busca pela excelência na prestação dos serviços públicos que responda aos seguintes questionamentos.

1 Como melhorar a qualidade na prestação dos serviços públicos? [valor: 20,00 pontos]

2 Em que medida as técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos podem contribuir para a prestação de um serviço público de qualidade? [valor: 18,00 pontos].

CESPE/TJDFT/2015 – Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária

Toda conduta dolosa ou culposa pressupõe uma finalidade. A diferença entre elas reside no fato de que, em se tratando de conduta dolosa, como regra, existe uma finalidade ilícita, ao passo que, tratando-se de conduta culposa, a finalidade é quase sempre lícita. Nesse caso, os meios escolhidos e empregados pelo agente para atingir a finalidade lícita é que são inadequados ou mal utilizados.

Rogério Greco. Curso de direito penal – parte geral. p. 196 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca dos crimes culposos. Seu texto deve conter, necessariamente,

- > os elementos do crime culposos e a descrição de pelo menos dois desses elementos; [valor: 12,00 pontos]
- > os conceitos de culpa inconsciente, culpa consciente e dolo eventual e suas diferenças; [valor: 12,00 pontos]
- > os conceitos de culpa imprópria e tentativa. [valor: 14,00 pontos]

CESPE/ABIN/2018 – Cargo: Agente de Inteligência

Denominamos “cooperação descentralizada” as iniciativas de cooperação protagonizadas pelas administrações locais e regionais, especialmente governos municipais e estaduais. Essa cooperação descentralizada expressa o surgimento, na América, de uma nova forma de cooperação, a partir do envolvimento da sociedade fronteiriça e de atores políticos locais. Nesse tipo de cooperação, vê-se alto nível de articulação da comunidade fronteiriça em detrimento do governo central.

Tendo o fragmento de texto apresentado como referência inicial, redija um texto dissertativo a respeito do papel dos governos municipal, estadual e federal nas relações políticas e sociais nas áreas de fronteira do Brasil. Em seu texto, aborde os seguintes tópicos.

- 1 A fronteira como espaço geopolítico e espaço de relações sociais. [valor: 10,00 pontos]
- 2 Distintas relações do Brasil com os países vizinhos e principais problemas presentes nas regiões fronteiriças. [valor: 18,00 pontos]
- 3 Papel da área de inteligência na análise das questões relacionadas às fronteiras. [valor: 10,00 pontos]

CESPE/STJ/2018 – Cargo: Analista Judiciário – Área Administrativa

A prestação dos serviços pelos órgãos públicos é considerada, por grande parte da população, como muito lenta e de baixa qualidade. Em muitos casos, a pouca qualidade desses serviços está atrelada à questão orçamentária ou à incapacidade de organização do gestor administrativo, podendo, ainda, estar relacionada com a demanda excessiva exercida sobre certos órgãos e setores, como são os casos de órgãos prestadores de serviços nas áreas de saúde e justiça.

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca da busca pela excelência na prestação dos serviços públicos que responda aos seguintes questionamentos.

- 1 Como melhorar a qualidade na prestação dos serviços públicos? [valor: 20,00 pontos]
- 2 Em que medida as técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos podem contribuir para a prestação de um serviço público de qualidade? [valor: 18,00 pontos].

CESPE/STM/2018 – Cargo: Analista Judiciário – Área Administrativa

Na trajetória da administração pública brasileira, destacam-se o modelo burocrático, associado ao poder racional-legal, e o modelo gerencialista, representado pela nova administração pública. Discorra sobre os seguintes tópicos, relacionados a esses dois modelos:

- 1 contextos em que esses modelos surgiram; [valor: 9,00 pontos]
- 2 propósito de cada um desses modelos; [valor: 9,00 pontos]
- 3 princípios e práticas norteadores (apresente, ao menos, três para cada modelo). [valor: 20,00 pontos]

1. Contextos em que esses Modelos Surgiram

Modelo Burocrático

O **modelo burocrático** surgiu no final do século XIX e início do século XX, especialmente com o fortalecimento do Estado moderno e a crescente complexidade das administrações públicas. Esse modelo tem suas raízes nas ideias do sociólogo **Max Weber**, que defendia uma administração pública fundamentada em regras, hierarquia e impessoalidade, com o objetivo de garantir eficiência e previsibilidade nos serviços públicos. O contexto histórico desse modelo foi marcado pelo processo de racionalização da administração pública, com a necessidade de enfrentar desafios administrativos de Estados modernos e centralizados, como no caso da Alemanha e, posteriormente, em outros países ocidentais. No Brasil, a adoção desse modelo coincidiu com o período pós-revolução republicana, quando o Estado precisava de estruturas mais formais e organizadas para enfrentar os desafios da construção de uma nação unificada.

Modelo Gerencialista

O **modelo gerencialista**, por sua vez, surgiu nas décadas de 1980 e 1990, no contexto de reformas administrativas globais, especialmente influenciadas pela crise fiscal e pela crescente insatisfação da sociedade com a ineficiência do setor público. Esse modelo foi uma resposta à rigidez burocrática e à lentidão do modelo anterior. Ele surgiu com o objetivo de modernizar a administração pública e adotar práticas de gestão mais flexíveis e orientadas para resultados, focando na eficácia e eficiência, além de dar maior atenção à qualidade do serviço prestado aos cidadãos. No Brasil, o **Processo de Reforma do Estado** iniciado nas décadas de 1990, com o apoio de organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, foi um dos marcos para a adoção de práticas gerenciais, buscando um Estado mais enxuto e capaz de se adaptar às necessidades da população.

2. Propósito de Cada Modelo

Modelo Burocrático

O **principal propósito** do modelo burocrático é a **racionalização da administração pública**. Este modelo busca garantir **ordem, impessoalidade e previsibilidade** nos processos administrativos, assegurando que os serviços públicos sejam prestados de forma imparcial e com base em regras claras e bem definidas. O foco está na **organização estruturada**, com uma clara hierarquia e uma gestão baseada em normas e procedimentos. A intenção é garantir que a administração pública funcione de maneira estável e livre de influências externas ou pessoais.

Modelo Gerencialista

24 REDAÇÃO DISCURSIVA - DINCE: a melhor e mais completa apostila

O **propósito** do modelo gerencialista é promover uma **administração pública orientada para resultados**, com foco na **eficiência e eficácia** dos serviços prestados ao cidadão. O modelo gerencialista busca superar a rigidez burocrática e adotar práticas de gestão mais flexíveis, ágeis e descentralizadas. A ideia é que a administração pública seja mais responsiva às necessidades da sociedade, utilizando métodos e práticas do setor privado, como o foco no **cliente**, a **gestão por resultados** e a **descentralização** de processos, para melhorar a qualidade e a efetividade dos serviços públicos.

3. Princípios e Práticas Norteadoras de Cada Modelo

Modelo Burocrático

- **Princípio da Impessoalidade:** A administração pública deve ser impessoal, ou seja, as decisões e os atos administrativos devem ser baseados exclusivamente nas regras e não nas preferências pessoais dos gestores.
- **Princípio da Hierarquia:** A organização burocrática é fortemente hierarquizada. Cada nível de gestão tem autoridade sobre o nível inferior e é subordinado ao nível superior. Isso garante uma estrutura de comando clara e o cumprimento de processos estabelecidos.
- **Princípio da Legalidade:** Todas as ações da administração pública devem estar estritamente baseadas na lei. As decisões devem seguir as normas preexistentes, e qualquer ato que contrarie a lei é considerado inválido.

Práticas norteadoras:

- **Normatização de Processos:** O governo segue processos padronizados e regulamentos para assegurar a uniformidade das operações e minimizar os erros administrativos.
- **Recrutamento por Mérito:** Os servidores públicos são contratados com base em critérios objetivos, como concursos públicos, e promovidos de acordo com o tempo de serviço e a competência.
- **Estabilidade dos Servidores:** Garantir a estabilidade dos servidores públicos para que possam atuar com imparcialidade e sem receio de perseguições políticas.

Modelo Gerencialista

- **Princípio da Eficiência:** A administração pública deve ser orientada para resultados, buscando a eficiência no uso dos recursos públicos e na entrega de serviços de qualidade à sociedade.
- **Princípio da Flexibilidade:** Ao contrário do modelo burocrático, o modelo gerencialista valoriza a **flexibilidade organizacional** e a **capacidade de adaptação** às novas demandas da sociedade. As normas podem ser flexibilizadas para atingir melhores resultados.
- **Princípio da Descentralização:** A descentralização da administração pública permite maior autonomia para as unidades locais, facilitando a adaptação às necessidades específicas da população. Isso também busca aumentar a agilidade e reduzir a complexidade da gestão.

Práticas norteadoras:

- **Gestão por Resultados:** A implementação de metas e indicadores de desempenho é uma prática essencial no modelo gerencialista, garantindo que os serviços públicos sejam avaliados constantemente em termos de qualidade e eficácia.
- **Descentralização das Decisões:** A descentralização permite que decisões sejam tomadas mais perto da realidade local, o que facilita a resposta rápida às necessidades dos cidadãos.
- **Participação Social:** A gestão pública busca maior envolvimento da sociedade civil na formulação e monitoramento das políticas públicas, buscando garantir que as decisões governamentais atendam aos reais interesses da população.

Conclusão

Os modelos burocrático e gerencialista representam duas abordagens distintas, mas complementares, para a administração pública brasileira. Enquanto o modelo burocrático é orientado pela formalidade, pela hierarquia e pela impessoalidade, visando garantir a estabilidade e a ordem administrativa, o modelo gerencialista se propõe a tornar a administração pública mais eficiente, flexível e orientada para resultados. Ambos têm seus méritos e limitações, e a adoção de um ou de outro depende do contexto político, econômico e social do momento, sendo possível até uma combinação de práticas de ambos os modelos para otimizar a gestão pública.

Observação: O texto apresentado tem caráter orientativo e pode não corresponder integralmente às expectativas da banca examinadora. Trata-se de um modelo referencial para auxiliar o candidato na organização de suas ideias e no desenvolvimento de um raciocínio lógico e estruturado na elaboração de sua prova.

CESPE/STJ/2018 – Cargo: Técnico Judiciário – Área Administrativa

Declaração Universal dos Direitos Humanos (...) Art. 19 Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Internet: www.unicef.org.

Código Civil (...)

Art. 187 Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

“Não podemos confundir liberdade de expressão nas redes sociais com irresponsabilidade, senão o exercício dessa liberdade torna-se abuso de direito”, alerta a advogada Patrícia Peck Pinheiro, especialista em direito digital. “O que mais prejudica a liberdade de todos é o abuso de alguns, a ofensa covarde e anônima, isso não é democracia”.

Os chamados crimes contra a honra na Internet — que envolvem ameaça, calúnia, difamação, injúria e falsa identidade — têm gerado cada vez mais processos judiciais. Um levantamento divulgado pelo Superior Tribunal de Justiça lista sessenta e cinco julgamentos recentes que resultaram em pagamento de indenizações, retirada de páginas do ar, responsabilização de agressores e outras condenações em favor das vítimas.

Na opinião de Patrícia Peck, a falta de educação e a impunidade contribuem para os excessos na Internet. Segundo ela, “Sem educação em ética e leis, corremos o risco de a liberdade de expressão e o anonimato digital se converterem em verdadeiros entraves à evolução da sociedade digital, pois tornarão o ambiente da Internet selvagem e inseguro”.

Internet: www.cartacapita.com.br (com adaptações).

Considerando as ideias precedentes nos fragmentos textuais apresentados anteriormente, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema.

O ANONIMATO DIGITAL E O ABUSO DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Ao construir seu texto, apresente um exemplo de situação em que emissão de opinião no meio digital pode significar abuso de direito e discuta maneiras de prevenir ou coibir esse tipo de comportamento.

O ANONIMATO DIGITAL E O ABUSO DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O avanço da internet trouxe consigo a democratização da comunicação, permitindo que qualquer pessoa tenha acesso a uma ampla gama de informações e, igualmente, expresse suas opiniões de forma rápida e sem fronteiras. No entanto, a liberdade de expressão no meio digital tem sido cada vez mais associada a excessos, como o abuso de direito, especialmente quando ocorre por meio do anonimato. Embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos assegure a liberdade de opinião e expressão, é necessário considerar os limites dessa liberdade para evitar que ela seja usada de maneira prejudicial à sociedade e aos indivíduos.

O Abuso de Direito no Contexto Digital

A liberdade de expressão, conforme o **art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos**, deve ser exercida sem interferências externas, permitindo que todos se expressem por qualquer meio, incluindo a internet. Porém, como alerta a advogada Patrícia Peck Pinheiro, “não podemos confundir liberdade de expressão com irresponsabilidade”. Quando a manifestação de opinião online ultrapassa os limites da boa-fé e dos bons costumes, configurando-se como abuso de direito, a liberdade de expressão deixa de ser um instrumento de construção de uma sociedade democrática e passa a ser usada como ferramenta de ofensa, difamação e violência psicológica.

Um exemplo clássico de abuso de direito no ambiente digital ocorre com os chamados crimes contra a honra, como calúnias, difamações, injúrias e ataques anônimos. Esses atos não só ferem a dignidade de indivíduos, mas também comprometem a segurança e o ambiente saudável da internet. Situações como a disseminação de boatos ou acusações falsas em redes sociais, que visam destruir a imagem de uma pessoa sem fundamento, são frequentes e refletem claramente o abuso da liberdade de expressão, prejudicando a vítima e criando um clima de insegurança na rede.

O Anonimato e Seus Efeitos Perigosos

O anonimato na internet desempenha um papel crucial nesse cenário de abuso, uma vez que a possibilidade de agir sem ser identificado encoraja comportamentos agressivos e irresponsáveis. A falta de responsabilização, associada à ausência de controles rígidos, torna o meio digital um terreno fértil para o comportamento hostil. Como menciona o **Código Civil**, no **art. 187**, o exercício de um direito deve ser limitado pela boa-fé, pela ética e pelo respeito aos outros. O anonimato digital distorce essa premissa, criando uma ilusão de impunidade, o que facilita a prática de atos ilícitos.

Um exemplo de abuso de direito ocorre quando alguém, protegido pelo anonimato, realiza ataques anônimos em redes sociais, propagando calúnias ou difamações contra uma pessoa pública ou um simples cidadão. Muitas vezes, esses ataques são acompanhados de falsas informações, comprometendo a honra e a integridade da pessoa afetada, que, sem saber a identidade do agressor, se vê impossibilitada de se defender ou de buscar reparação.

Prevenção e Coibição do Abuso de Liberdade de Expressão na Internet

Para evitar que o anonimato digital seja usado como escudo para abusos, é fundamental implementar medidas que envolvam educação digital e um maior controle jurídico. Primeiramente, a educação em ética e cidadania digital deve ser incorporada ao currículo escolar, de forma a conscientizar os jovens sobre o uso responsável das plataformas online. A educação deve enfatizar que, embora a internet seja um espaço de liberdade, essa liberdade não pode ser confundida com licenciosidade.

Além disso, a aplicação mais rigorosa das leis existentes, como a Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), que regulamenta a proteção da privacidade e o uso responsável da rede, deve ser fortalecida. A atuação do Judiciário também é essencial, como demonstrado pelos processos judiciais que resultaram em indenizações, exclusão de conteúdos e responsabilização de agressores. O cumprimento de penas mais severas para crimes cometidos no ambiente digital pode servir como um dissuasor eficaz para aqueles que buscam abusar da liberdade de expressão de forma irresponsável.

26 REDAÇÃO DISCURSIVA - DINCE: a melhor e mais completa apostila

Finalmente, as plataformas de redes sociais têm uma responsabilidade importante na criação de mecanismos para identificar e punir usuários que pratiquem abusos sob o manto do anonimato. A utilização de algoritmos para detectar discursos de ódio, assédio e difamação pode ser um passo fundamental para assegurar a integridade do ambiente digital. Essas medidas devem ser equilibradas, para que não se configurem em censura, mas sim em uma proteção legítima contra abusos.

Conclusão

Embora a liberdade de expressão seja um direito fundamental garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, sua prática no meio digital não deve ser desmedida, principalmente quando resulta em abusos de direito. O anonimato digital, embora assegure a privacidade do indivíduo, também pode ser usado para perpetuar crimes contra a honra e promover um ambiente de intolerância e insegurança. A educação digital, o fortalecimento das leis e a responsabilidade das plataformas digitais são essenciais para coibir o abuso e garantir que a internet continue sendo um espaço democrático, seguro e respeitoso para todos.

Observação: O texto apresentado tem caráter orientativo e pode não corresponder integralmente às expectativas da banca examinadora. Trata-se de um modelo referencial para auxiliar o candidato na organização de suas ideias e no desenvolvimento de um raciocínio lógico e estruturado na elaboração de sua prova.

CESPE/STJ/2018 – Cargo: Analista Judiciário – Oficial de Justiça

A segurança jurídica tem muita relação com a ideia de respeito à boa-fé. Se a administração adotou determinada interpretação como a correta e a aplicou a casos concretos, não pode depois vir a anular atos anteriores, sob o pretexto de que os mesmos foram praticados com base em errônea interpretação. Se o administrado teve reconhecido determinado direito com base em interpretação adotada em caráter uniforme para toda a administração, é evidente que a sua boa-fé deve ser respeitada. Se a lei deve respeitar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, por respeito ao princípio da segurança jurídica, não é admissível que os direitos do administrado fiquem flutuando ao sabor de interpretações jurídicas variáveis no tempo.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro. Direito administrativo. p. 85 (com adaptações).

Considerando que o texto apresentado tem caráter estritamente motivador, elabore uma dissertação a respeito dos atos administrativos e da segurança jurídica no direito administrativo brasileiro, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- 1 os elementos de validade do ato administrativo e os critérios para sua convalidação; [valor: 14,00 pontos]
- 2 distinção entre ato administrativo nulo, anulável e inexistente; [valor: 10,00 pontos]
- 3 o controle exercido de ofício pela administração pública sobre os seus atos e o dever de agir e de prestar contas. [valor: 14,00 pontos]

CESPE/TJDF/2015 – Cargo: Analista Judiciário – Oficial de Justiça

Redija, de forma fundamentada, um texto dissertativo a respeito da coisa julgada no sistema processual civil. Seu texto deve conter, necessariamente,

- >os conceitos de coisa julgada formal e coisa julgada material; [valor: 15,00 pontos]
- >comentários a respeito dos limites objetivos da coisa julgada material; [valor: 8,00 pontos]
- >comentários a respeito dos limites subjetivos da coisa julgada material; [valor: 8,00 pontos]
- >comentários a respeito de coisa julgada nas relações jurídicas continuativas. [valor: 7,00 pontos]

SEEDF 2016

CUBA SE DESPEDE DE FIDEL CASTRO

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes tópicos.

1. Contexto de ascensão do líder cubano ao poder e seu impacto no continente americano; [valor: 13,00 pontos]
2. Cuba na atualidade: conquistas sociais e repressão política; [valor: 12,50 pontos]
3. Visões contraditórias acerca de Fidel, evidenciadas após seu falecimento. [valor: 12,50 pontos]

CUBA SE DESPEDE DE FIDEL CASTRO

O falecimento de Fidel Castro, em novembro de 2016, marcou o encerramento de uma era que transformou não apenas Cuba, mas todo o continente americano. Figura controversa, Fidel é lembrado tanto por suas conquistas sociais quanto por sua repressão política. Sua morte reacendeu debates sobre o impacto de seu legado, que ainda divide opiniões em nível global.

1. Contexto de Ascensão ao Poder e Impacto no Continente Americano

Fidel Castro ascendeu ao poder em 1959, após liderar a Revolução Cubana, que derrubou a ditadura de Fulgencio Batista. Inspirado pelo marxismo-leninismo, Fidel implementou reformas estruturais, como a nacionalização de indústrias e a reforma agrária,

consolidando um regime socialista. Sua liderança desafiou os interesses dos Estados Unidos no continente, culminando na crise dos mísseis de 1962, um dos momentos mais tensos da Guerra Fria.

A influência de Fidel no continente foi significativa. Ele apoiou movimentos revolucionários na América Latina e na África, promovendo o ideal de luta contra o imperialismo. No entanto, seu governo também levou Cuba a um isolamento econômico, agravado pelo embargo imposto pelos Estados Unidos em 1960, que até hoje impacta a economia cubana.

2. Cuba na Atualidade: Conquistas Sociais e Repressão Política

O governo de Fidel Castro trouxe avanços sociais significativos, especialmente nas áreas de saúde e educação. Cuba tornou-se referência em medicina preventiva e educação universal, com índices de alfabetização e expectativa de vida comparáveis aos de países desenvolvidos. Essas conquistas são frequentemente celebradas como símbolos de resistência de um país pequeno frente às adversidades econômicas.

Por outro lado, o regime cubano foi duramente criticado por sua repressão política. Liberdades civis, como a liberdade de expressão e de imprensa, foram severamente restringidas, e opositores do governo enfrentaram prisões arbitrárias e perseguições. Organizações internacionais, como a Anistia Internacional, denunciam violações sistemáticas de direitos humanos em Cuba, destacando a ausência de eleições livres e a censura como características marcantes do regime.

3. Visões Contraditórias Sobre Fidel Após Seu Falecimento

A morte de Fidel Castro reacendeu debates globais sobre seu legado. Para alguns, Fidel é um herói revolucionário que desafiou o imperialismo e trouxe avanços sociais inegáveis ao povo cubano. Líderes como Evo Morales e Nicolás Maduro exaltaram sua coragem e visão de justiça social.

Por outro lado, críticos apontam os custos humanos de seu governo, destacando o exílio de milhares de cubanos, a repressão de opositores e a estagnação econômica do país. Para muitos exilados, Fidel simboliza autoritarismo e sofrimento. Essa polarização reflete as contradições de sua figura histórica, vista ora como libertador, ora como ditador.

Conclusão

Fidel Castro foi um líder que moldou profundamente a história de Cuba e da América Latina. Seu legado, repleto de conquistas sociais e contradições políticas, continua a dividir opiniões e influenciar debates sobre justiça social, liberdade e soberania nacional. A despedida de Fidel representa o fim de uma era e o início de reflexões sobre o futuro de Cuba, um país que ainda carrega as marcas de sua liderança revolucionária.

Observação: O texto apresentado tem caráter orientativo e pode não corresponder integralmente às expectativas da banca examinadora. Trata-se de um modelo referencial para auxiliar o candidato na organização de suas ideias e no desenvolvimento de um raciocínio lógico e estruturado na elaboração de sua prova.

ROTEIRO DE ESTUDOS

→ Segunda-feira: Direito Penal Especial + Atualizações Legislativas

- Lei 14.811/2024 — Proteção de Crianças e Adolescentes
- Lei Maria da Penha atualizada (Lei 14.550/2023)
- Crimes contra a Administração Pública (corrupção, peculato)
- Estudar conceito + resolver 5 questões objetivas + 1 redação sobre “Proteção da infância”.

→ Terça-feira: Inquérito Policial e Investigação Defensiva

- Natureza jurídica do inquérito.
- Investigação defensiva (resolução do CNMP e atuação da defesa no inquérito).
- Atividades práticas do Delegado no inquérito.
- Estudar conceito + resumir 3 decisões do STF sobre provas ilícitas.

→ Quarta-feira: Provas no Processo Penal (foco: Cadeia de Custódia)

- Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime): cadeia de custódia.
- Prova digital: coleta e validade.
- Estudo de caso prático: elaborar em tópicos como o Delegado deve preservar a cadeia de custódia.
- Revisar com 5 questões práticas e 1 peça discursiva sobre “nulidade da prova”.

→ Quinta-feira: Direito Constitucional e Direitos Humanos Aplicados

28 REDAÇÃO DISCURSIVA - DINCE: a melhor e mais completa apostila

- Abordagem policial: requisitos para validade da abordagem (Tema 1185 STF).
- Controle de constitucionalidade.
- Direitos do preso (trato digno, assistência à defesa).
- Escrever uma mini-dissertação sobre o impacto das decisões do STF na atuação policial.

→ Sexta-feira: Técnicas de Investigação e Criminalidade Organizada

- Lei de Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013) — infiltração policial e escuta ambiental.
- Inteligência policial e métodos especiais de investigação.
- Estudo de operação real (analisar brevemente como a polícia usou técnicas investigativas).
- Redigir esquema mental sobre técnicas especiais de investigação.

→ Sábado: Revisão Pesada + Treino de Redação

- Revisar todos os resumos e esquemas da semana.
- Treinar 1 peça discursiva (40 min) sobre temas sorteados.
- Corrigir com checklist:
 - Respondi ao que foi perguntado?
 - Fundamentei com lei, doutrina e/ou jurisprudência?
 - Texto claro e bem dividido?

→ Domingo: Descanso Ativo

- Leitura leve de jurisprudência (informativos recentes STF/STJ).
- Atualizações legislativas comentadas (em áudio ou podcast).
- Reflexão rápida: O que aprendi? O que melhorar?



Estratégia adicional:

- **Toda semana:** estudar 1 novo informativo do STF ou STJ (de 2025).
- **A cada 15 dias:** simular uma prova discursiva completa.
- **A cada mês:** fazer revisão geral dos temas estudados.

REFERÊNCIAS:

<https://sinaramarquesredacao.com/wp-content/uploads/2020/09/Demonstra%C3%A7%C3%A3o-Guia-Cespe.pdf>
https://cdn.cebraspe.org.br/concursos/pc_df_19_escrivao/arquivos/MATRIZ_519_PCDF_001_00_BONECA_COMJUSTIFICATIVA.PDF
<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/tcu-discursiva-como-elaboro/>
https://conhecimento.fgv.br/sites/default/files/concursos/auditor_federal_de_controle_externo_-_area_controle_externoauhc-ce_tipo_1.pdf
https://cdn.cebraspe.org.br/concursos/TCE_PR_16_ANALISTA/arquivos/270TCEPR_DISC_009_01.pdf